



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUM  
CNPJ - 18.348.086/0001-03  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



<b>LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026</b>	
<b>PROCESSO</b>	Nº 036/2026
<b>OBJETO</b>	Registro de preços para aquisição parcelada de gêneros alimentícios destinados ao fornecimento de merenda escolar para as unidades de ensino da rede municipal e manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Educação de Mutum-MG.
<b>TIPO DE LICITAÇÃO</b>	MENOR PREÇO POR ITEM
<b>ABERTURA DA SESSÃO</b>	Data: 30/06/2026 Hora: 09h00 min. – Horário de Brasília Local: <a href="https://licitar.digital.com.br">https://licitar.digital.com.br</a>
<b>TELEFONE</b>	(33) 9 3618-2284
<b>ENDEREÇO</b>	Praça Benedito Valadares nº 178, 1º andar - Centro – Mutum – MG – CEP 36.955-000
<b>FORMA DE FORNECIMENTO</b>	CONTRATO
<b>CNPJ</b>	18.348.086/0001-03
<b>PREGOEIRA</b>	Yngrid Coelho Cabalini
<b>E-MAIL</b>	<a href="mailto:licitacao@mutum.mg.gov.br">licitacao@mutum.mg.gov.br</a>



## EDITAL

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/2026**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026**  
**TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM**

### 1 – PREÂMBULO

**1.1.** A **PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUM**, por intermédio da Divisão de Compras e Licitações, realizará a Licitação na **Modalidade Pregão Eletrônico**, em sessão pública a ser realizada na **Plataforma de Licitações Licitar Digital** ([www.licitardigital.com.br](http://www.licitardigital.com.br)), conforme especificado no **ANEXO I** deste edital.

**1.2** - Os trabalhos serão conduzidos por servidor da Administração Municipal, denominada Pregoeira, Portaria nº 239/2025, anexado aos autos do procedimento e regido pelas **Leis nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 6514/2025, Lei Complementar nº 123/06, e** demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas pelo presente Edital.

**1.3** - O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos gratuitamente no site da Prefeitura Municipal de Mutum, através do endereço eletrônico <https://mutum.mg.gov.br/licitacoes/1>, na Plataforma de Licitações Licitar Digital, através do endereço eletrônico [www.licitardigital.com.br](http://www.licitardigital.com.br) e também no prédio sede da Prefeitura Municipal de MUTUM, em dias e horários de expediente, a partir da data de sua publicação.

**1.4** - Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos pretendentes licitantes no endereço eletrônico [www.licitardigital.com.br](http://www.licitardigital.com.br), bem como, no site da Prefeitura Municipal e, <https://mutum.mg.gov.br/licitacoes/1>

**1.5** - A Administração não se responsabilizará caso o pretendo licitante não acesse o e-mail informado ou não visualize a alteração no Site supracitado consequentemente desconhecendo o teor dos Avisos publicados.

### 2- OBJETO

**2.1.** Constitui objeto da presente licitação: Registro de preços para aquisição parcelada de gêneros alimentícios destinados ao fornecimento de merenda escolar para as unidades de ensino da rede municipal e manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Educação de Mutum-MG, conforme especificações constantes no anexo I deste edital.



### **3 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**3.1** – Poderão participar deste Pregão as empresas legalmente constituídas e que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos neste Edital e seus Anexos.

**3.2** – Não poderão participar do presente certame a empresa:

**3.2.1** – Empresa suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com o Município, durante o prazo da sanção aplicada;

**3.2.2** – Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

**3.2.3** – Empresa impedida de licitar e contratar com o Município, durante o prazo da sanção aplicada;

**3.2.4** – Empresa proibida de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art.72, § 8º, V, da Lei n.º 9.605/1998;

**3.2.5** – Empresa proibida de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei n.º 8.429/1992;

**3.2.6** – Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º, §1º, da Lei n.º 14.133/2021;

**3.2.6.1** – Entende-se por “participação indireta” a que alude o art. 9º §1º, da Lei n.º 14.133/2021 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.

**3.2.7** – Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

**3.2.8** – Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

**3.2.9** – Empresa que se encontre em processo de dissolução ou falência;

**3.2.10** – Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

**3.2.11** – Consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição.

**3.3** – Os licitantes deverão estar previamente cadastrados na plataforma de licitações, o qual poderá ser realizado em [www.licitardigital.com.br](http://www.licitardigital.com.br).

**3.4** – A observância das vedações supra é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.



#### **4. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO**

**4.1** - Até **03 (três) dias úteis** antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o Ato Convocatório deste Pregão, devendo protocolizar o pedido diretamente pelo site [www.licitardigital.com.br](http://www.licitardigital.com.br), no local específico dentro do processo licitatório em análise - cabendo aa Pregoeira decidir sobre a petição no prazo de **02 (dois) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.**

**4.1.1** - Caso seja acolhida a impugnação contra o Ato Convocatório, será designada novadata para a realização do Certame.

**4.2** - Decairá do direito de impugnar os termos deste edital, por falhas ou irregularidades, o proponente/licitante que não o fizer até o **terceiro dia útil** que anteceder à data de realização da sessão pública do Pregão, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

**4.3** - A impugnação feita tempestivamente pelo proponente/licitante não o impedirá de participar do Certame.

#### **5 – DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E DA EFETIVA PARTICIPAÇÃO**

**5.1** - O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.

**5.2** - Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados na participação do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas através do sítio da Plataforma de Licitações da Licitar Digital ([www.licitardigital.com.br](http://www.licitardigital.com.br)).

**5.3** - É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como, seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município de MUTUM, ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido do acesso.

**5.4** - O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

**5.5** - A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal do



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUM  
CNPJ - 18.348.086/0001-03  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



credenciado e subseqüente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecido.

**5.6** - O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

**5.7 - COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO, A LICITANTE ASSINALARÁ "SIM" OU "NÃO" EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTE DECLARAÇÕES:**

Declaro que não incorro nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21.

Declaro que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.

Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21.

Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.

Declaro que minha proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.

Declaro que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21;

Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.



( ) Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.

( ) Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência.

( ) Sim, ME ( ) Sim, EPP ( ) Não, outros enquadramentos

**5.8** - A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

## **6 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

**6.1** - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

**6.2** - O envio da proposta, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha intransferíveis.

**6.3** - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**6.4** - Sob pena de desclassificação, deverá constar declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas

**6.5** - Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação caso o tenha inserido anteriormente no sistema;

**6.6** - Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.



**6.7** - Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da Pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

**6.8** - Os documentos complementares à proposta, **os documentos de habilitação**, e os documentos necessários à confirmação daqueles exigidos no edital, ou por solicitação da Pregoeira, se houver, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances no prazo definido pela Pregoeira, de 02 (duas) horas, prorrogáveis por igual período, sob pena de inabilitação, podendo ser prorrogado por igual período desde que motivado.

**6.9** - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

**6.9.1** - Nestes casos, a licitante deverá encaminhar a documentação original ou a cópia autenticada exigida, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data da solicitação da Pregoeira, via sistema.

**6.10** - Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**6.11** - Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**6.12** - Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no "**chat**" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

**6.13** - **Será inabilitado** o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

## **7 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**7.1** - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:



- 7.1.1** - Valor unitário e total dos itens;
- 7.1.2** - Marca dos produtos ofertados.
- 7.1.3** - Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável: modelo, prazo de garantia etc.
- 7.2** - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam à Contratada.
- 7.3** - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.
- 7.4** - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 7.5** - O prazo de validade da proposta é fixado em 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 7.6** - Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.
- 7.7** - No caso de alguma inconsistência no descritivo dos itens entre o Edital e o constante na plataforma do pregão Eletrônico, deverá ser considerado o descritivo do Edital.
- 7.8** - Os documentos listados no item da HABILITAÇÃO deverão ser anexados no sistema juntamente com a proposta, previamente à abertura da sessão pública e sua ausência ensejará em desclassificação.

## 8 – DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, ou juntamente com a proposta, ou no prazo máximo de 2hs (duas horas), prorrogável por igual período, a partir da solicitação do pregoeiro a seguir informada:

### **8.1 - DA HABILITAÇÃO JURÍDICA** (conforme art 66 da Lei 14.133/21)

**8.1.1** - A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada, quer seja:

**8.1.1.2** - Registro comercial no caso de firma individual;



**8.1.1.2** - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e última alteração (se houver) em vigor, devidamente registrado, **onde se possa identificar o administrador**, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos que comprovem a eleição de seus administradores;

**8.1.1.3** - Comprovante de inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da composição da diretoria em exercício;

**8.1.1.4** - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**8.2 - DA REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:** (conforme art. 68 da Lei 14.133/21)

**8.2.1.** Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

**8.2.2** - A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**8.2.3** - A regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

**8.2.4** - A regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

**8.2.5** - A regularidade perante a Justiça do Trabalho;

**8.2.6** - O cumprimento do disposto no [inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal](#).

**8.2.7** - Alvara de licença e funcionamento vigente.

**8.2.8** Alvara da vigilância sanitária Municipal.

**8.3 DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA e TÉCNICA. (conforme art 69 II da Lei 14.133/21):**

**8.3.1.** certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

**Nota 01** - A verificação pelo órgão ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**Nota 02** - As certidões que não tenham o prazo de validade expresso no documento, ter-se-ão como válidas por 90 (noventa) dias a partir da data de sua emissão.

**Nota 03** - Será aplicado no presente edital o entendimento adotado pelo TCU (Tribunal de Contas da União), no Acórdão nº 1211/2021:

"Acórdão 1211/2021 Plenário (Representação, Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues)



Licitação. Habilitação de licitante. Documentação. Documento novo. Vedação. Definição. A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Lei 14.133/2021 (nova Lei de Licitações), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pela Pregoeira”.

8.3.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.3.3. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

8.3.3.1 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

8.3.3.2 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.3.3.3 O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

8.3.3.4 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

#### **8.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

8.4.1. Apresentar atestado ou certidão, em nome da licitante fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa licitante que comprove a aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em característica com o



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUM**  
**CNPJ - 18.348.086/0001-03**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**



objeto licitante em qualquer quantidade.

8.4.1.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.4.1.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.5. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.5.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.6. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.6.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.7. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia desde que autenticada via cartório, via digital ou por servidor do departamento de licitações e contratos do órgão licitante.

8.7.1. Se o envio da documentação ocorrer a partir de sistema informatizado, com acesso vinculado à chave de identificação e senha do interessado, a segurança quanto à autenticidade e autoria dos documentos será presumida, sendo desnecessário o envio de documentos assinados com certificação digital.

8.8. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.9. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.10. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas



infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.11. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.12. A verificação pela Pregoeira, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

8.13.1.1. Essa diligência é cabível no caso de o documento apresentado ser inconclusivo quanto ao atendimento de requisitos do edital. É o que ocorre, por exemplo, quando um atestado menciona genericamente que o licitante já executou objeto semelhante, mas o edital exige algum detalhe, tal como determinada medida.

8.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14. Na análise dos documentos de habilitação, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a Pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital

## **9 – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**9.1** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**9.2** - A Pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas no



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUM**  
**CNPJ - 18.348.086/0001-03**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

---



Projeto Básico.

**9.3** - Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

**9.4** - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**9.5** - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**9.6** - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**9.7** - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**9.8** - O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo.

**9.9** - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**9.10** - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**9.11** - O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).

**9.12** - Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "**ABERTO**", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**9.13** - A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**9.14** - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUM**  
**CNPJ - 18.348.086/0001-03**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

---



**9.15** - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

**9.16** - Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá a PREGOEIRO, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

**9.17** - Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pela Pregoeira.

**9.18** - Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá a Pregoeira, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

**9.19** - Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pela Pregoeira.

**9.20** - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

**9.21** - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**9.22** - No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**9.23** - Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**9.24** - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**9.25** - Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, o sistema identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.

**9.26** - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUM**  
**CNPJ - 18.348.086/0001-03**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

---



se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**9.27** - A mais bem classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 3 (três) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**9.28** - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**9.29** - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**9.30** - A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**9.31** - Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

**9.31.1** - disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**9.31.2** - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

**9.31.3** - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento; [\(Vide Decreto nº 11.430, de 2023\)](#)  
[Vigência](#)

**9.31.4** - desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

§ 1º Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**9.31.4.1** - empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUM  
CNPJ - 18.348.086/0001-03  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



se localize;

**9.31.4.II** - empresas brasileiras;

**9.31.4. III** - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**9.31.4. IV** - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

§ 2º As regras previstas no **caput** deste artigo não prejudicarão a aplicação do disposto no [art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

**9.32** - Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

**9.33** - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a Pregoeira deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

**9.34** - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**9.35** - Quando houver apenas um item, o sistema ao final da sessão de disputa automaticamente atualizará a proposta do fornecedor pelo melhor lance ofertado. No entanto quando se tratar de mais de um item a Pregoeira solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie, através do sistema, a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**9.36** - Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **10 – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

**10.1** - Encerrada a etapa de negociação, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

**10.2** - Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

**10.3** - Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a



exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

**10.4** - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

**10.5** - A Pregoeira poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

**10.6** - Dentre os documentos passíveis de solicitação pela Pregoeira, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como: marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pela Pregoeira, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

**10.7** - Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**10.8** - Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no "**chat**" a nova data e horário para a sua continuidade.

**10.9** - A Pregoeira deverá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

**10.10** - Também nas hipóteses em que a Pregoeira não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

**10.11** - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes pelo "**chat**".

## **11 – DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO**

**11.1** - Para julgamento, será adotado o critério de MENOR PREÇO, observados o valor máximo aceitável, os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e qualidade e demais condições definidas neste Edital.



**11.2** - A Pregoeira anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de menor valor/menor vantagem imediatamente após a fase de aceitação das propostas ou, quando for o caso, após negociação e decisão pela Pregoeira acerca da aceitação do lance de menor valor/ maior vantagem.

**11.3** - Se a proposta de menor valor/menor vantagem não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, a Pregoeira poderá examinar a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procederá a verificação das condições habilitatórias do proponente, na ordem de classificação, ordenada e sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

**11.4** - No caso de discordância entre valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos e, entre preços unitários e totais, os primeiros.

**11.5** - Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

**11.6** - Serão rejeitadas as propostas que:

**11.6.1** - Sejam incompletas, isto é, não conterem informação(ões) suficiente(s) que permita(m) a perfeita identificação do material licitado;

**11.6.2** - Contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante como presente Edital, ou seja, manifestamente inexequíveis, por decisão da Pregoeira.

**11.7** - Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a aquisição do bem.

**11.7.1** - Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

**11.8** - Constatando o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo homologado o procedimento e adjudicado o objeto da licitação pela autoridade competente.

**11.9** - Após a habilitação, poderá a licitante ser desqualificada por motivo relacionado com a capacidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e/ou inidoneidade, em razão de fatos supervenientes ou somente conhecidos após o julgamento.

## **12 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA FINANCEIRA (PROPOSTA FINAL).**



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUM  
CNPJ - 18.348.086/0001-03  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



**12.1** - A PROPOSTA FINAL do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada pela plataforma eletrônica, no prazo definido pela PREGOEIRO, de no mínimo **02 (duas) horas a contar da solicitação no sistema eletrônico** e deverá conter:

**12.1.1** – Os valores atualizados da proposta conforme o menor preço apurado na fase de lances e ou negociação;

**12.1.2** - A indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento; e

**12.2** - O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pela Pregoeira por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pela PREGOEIRO.

**12.3** – Se faz necessário a especificação clara e detalhada do objeto licitado oferecido, vedada a propositura de alternativas, ficando os licitantes limitados às especificações deste edital, observando a ordem numérica disposta e indicando a marca, sendo que esta deverá ser obrigatoriamente especificada, podendo ser ofertada mais de uma marca mantendo preço único.

**b1)** Identificação completa da empresa e do processo licitatório,

**b2)** Preço UNITÁRIO e TOTAL do item, expresso em reais, com no máximo duas casas após a vírgula, fixo e irredutível, compreendendo, além do lucro, encargos sociais, todas e quaisquer despesas de responsabilidade da proponente que, direta ou indiretamente, decorram da entrega do objeto licitado.

**b3)** O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua apresentação.

**12.4** - Os documentos apresentados deverão ser, obrigatoriamente, da mesma sede, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos para matriz e todas as filiais. Caso a empresa seja vencedora de algum item o contrato será celebrado com a sede que apresentou a documentação.

**12.5** - A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

**12.6** - Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

**12.7** - Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUM**  
**CNPJ - 18.348.086/0001-03**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**



**12.7.1** - Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

**12.8** - A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

**12.9** - A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

**12.10.** A Pregoeira poderá solicitar amostra do produto ofertado pelo licitante vencedor, 20 para verificação de sua conformidade com as especificações exigidas neste Edital.

**12.10.1.** A(s) amostra(s) devem ser apresentadas em embalagem original, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a solicitação da PREGOEIRO, em envelope lacrado, constando identificação do licitante, nº do Processo Licitatório, nº do Pregão e do item, devendo ser protocolizado na sala de Licitação.

**12.10.2.** O licitante que não puder encaminhar a amostra no prazo acima indicado deverá solicitar sua prorrogação, por e-mail, desde que por motivo justificado e aceito pela PREGOEIRO, que definirá prazo suficiente para o envio do produto, sob pena de desclassificação.

**12.10.3.** A(s) amostra(s) será(ão) avaliada(s) e testada(s) para verificação do atendimento às especificações do Termo de Referência, Anexo I do Edital, e verificação da equivalência da qualidade às marcas citadas como referência, com emissão de parecer técnico pelo setor solicitante, que constituirá elemento para julgamento da Proposta Comercial.

**12.10.4.** As amostras entregues, se aprovadas, serão computadas no quantitativo do objeto a ser entregue.

**12.10.5.** A(s) amostra(s) reprovada(s) permanecerá(ão) à disposição dos licitantes, que serão notificados para retirá-la(s) na Sala de Licitação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data da notificação, eximindo-se a Administração de qualquer ônus por inutilização ou dano decorrentes de testes efetuados no produto; todas as despesas com sua devolução correrão a cargo do licitante.

**12.10.6.** A(s) amostra(s) não recolhida(s) no prazo estipulado será(ão) inutilizada(s) ou será dada destinação, no entendimento de que o licitante abdicou da amostra, sem gerardireito à indenização.

**12.10.7.** A licitante vencedora não deverá começar a confecção antes da aprovação finalda



contratante

**12.11.** Deverá, contudo, o licitante vencedor, encaminhar por e-mail ([licitacao@mutum.mg.gov.br](mailto:licitacao@mutum.mg.gov.br)) a indicação do banco, número da conta e agência, para fins de pagamento, isso no prazo de 24 (vinte e quatro horas);

### 13 - DO RECURSO

**13.1** – O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, concederá o prazo de **no mínimo (10) dez minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

**13.2** A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão pública deste Pregão, implica decadência desse direito, ficando a Pregoeira autorizado a adjudicar o objeto à LICITANTE VENCEDORA.

**13.3** - Havendo quem se manifeste, caberá aa Pregoeira verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

**13.3.1** - Nesse momento a Pregoeira não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

**13.3.2** - A falta de apresentação das razões de recurso, em campo próprio do sistema, também importará a decadência do direito de recurso e, via de consequência, a adjudicação do objeto da licitação à LICITANTE VENCEDORA.

**13.4** - A recorrente que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias, ficando as demais LICITANTES, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

**13.5** - O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

### 14 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

**14.1.** Conforme artigo 71 da Lei 14.133/21, encerradas as fases de julgamento e habilitação,



e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

**14.1.1.** determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

**14.1.2.** revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

**14.1.3.** proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

**14.1.4.** - adjudicar o objeto e homologar a licitação.

**14.2.** Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

**14.2.1.** O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

**14.2.2.** Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

**14.2.3.** O disposto neste artigo será aplicado, no que couber, à contratação direta e aos procedimentos auxiliares da licitação.

## **15 – DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS OU CONTRATO**

**15.1** - Findo o processo licitatório, a empresa vencedora será convocada via sistema eletrônico e e-mail a assinar a Ata de Registro de Preços, que obedecerá ao modelo anexo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da convocação emitida pelo Setor, sob pena de decair do direito à contratação.

**15.2** - O subitem acima deverá ser desconsiderado caso seja outra a decisão da autoridade competente que não a homologação do processo licitatório ou outra for sua decisão.

**15.3** - Caso a licitante vencedora não atenda ao prazo previsto no item 15.1, ensejará a aplicação das sanções estabelecidas no item sanções administrativas deste instrumento, reservando-se o **CONTRATANTE**, o direito de convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto ao preço, ou revogar a licitação, independentemente das sanções previstas para a licitante vencedora neste instrumento.

## **16 – DO PRAZO PARA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CONTRATO**

**16.1** – O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

**16.1.1.** O contrato decorrente deste edital possuirá prazo e regras conforme especificada na minuta contratual.



**16.2** - Se a empresa vencedora deixar de executar os serviços dentro das especificações estabelecidas, será responsável pela imediata substituição ou regularização do serviço rejeitado e o tempo despendido poderá ser computado para aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

## **17 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**17.1** - Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes deste instrumento e seus anexos, obriga-se, ainda, a empresa vencedora a:

**17.1.1 - E-MAIL INSTITUCIONAL:** É dever empresa vencedora/contratada manter durante o período de vigência do contrato/serviço, e-mail institucional, oficial, atualizado, vigente e operacional, para executar os contatos oficiais com o **CONTRATANTE**, para realização de contratos, adendos, renovações, notificações, ofícios e todos demais atos administrativos.

**17.1.2** Assinar a Ata de Registro de Preços e ou Termo de Contrato no prazo estabelecido no item **DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**.

**17.1.3** - Efetuar a entrega do objeto licitado no prazo e local informado, juntamente com a emissão da ordem de compra, mediante agendamento prévio junto ao **CONTRATANTE**.

**17.1.3.1** - Carregar e disponibilizar o(s) produto(s) no(s) local(is) indicado(s) também constituem obrigações exclusivas da empresa vencedora, a serem cumpridas com força de trabalho própria e as suas expensas.

**17.1.3.2** - O recebimento dos materiais será provisório para posterior verificação de sua conformidade com as especificações do Pregão e da proposta.

**17.1.3.3** - O pedido de prorrogação de prazo para entrega dos objetos somente será conhecido pelo **CONTRATANTE**, caso o mesmo seja devidamente fundamentado e entregue no Setor de Licitações, antes de expirar o prazo contratual inicialmente estabelecido.

**17.1.4** - Garantir os materiais contra defeitos de fabricação e também, contra vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega.

**17.1.4.1** - Fornecer materiais de primeira qualidade, considerando-se como tais àqueles que atendam satisfatoriamente os fins aos quais se destinam, apresentando ótimo rendimento, durabilidade e praticidade.

**17.1.5** - Arcar com todos os ônus necessários à completa entrega, considerando-se como tal a disponibilização, no local indicado pelo Município de MUTUM, conforme quantitativos dos produtos adjudicados, tais como transporte, encargos sociais, tributos e outras incidências, se ocorrerem.

**17.1.6** - Substituir, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, os produtos que, no ato da



entrega, estiverem com suas embalagens violadas e/ou com identificação ilegível e em desacordo com as condições necessárias estabelecidas neste instrumento. Exceto, quando pela natureza do bem, origem do produto e logística de sua entrega, for impossível substituir no prazo de 02 (dois) dias, podendo o **CONTRATANTE** conceder prazo maior.

**17.1.7** - Substituir, ainda, por outro de qualidade, todo produto com defeito de fabricação.

**17.1.8** - Assumir inteira responsabilidade pela efetiva entrega do objeto licitado e efetuar a de acordo com as especificações e instruções deste Instrumento e seus anexos, sendo que o transporte até o(s) local(is) de entrega correrá exclusivamente por conta do fornecedor, bem como pelo que o método de embalagem deverá ser adequado à proteção efetiva de toda mercadoria contra choques e intempéries durante o transporte.

**17.1.9** - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega do(s) produto(s), num prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido, sendo que o tempo extra despendido poderá ser computado para aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

**17.1.10** - Cumprir rigorosamente com o disposto no Edital e demais anexos.

**17.1.11** - Manter durante a execução deste contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**17.1.12** - Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se outrossim por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do presente Instrumento.

**17.1.13** - Responder por danos materiais ou físicos, causados por seus empregados, diretamente ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo.

**17.1.14** - Em tudo agir segundo as diretrizes da Administração.

## **18 - DO CONTRATO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**18.1** - Encerrado o procedimento licitatório, o representante legal da empresa cuja proposta foi declarada vencedora será convocado via sistema eletrônico e e-mail para firmar/assinar o contrato ou instrumento equivalente, conforme minuta **ANEXO (II e ou III)**, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da convocação emitida pelo Setor Responsável, sob pena de decair do direito à contratação.

**18.1.1** - Caso o adjudicatário não apresente situação regular no ato de assinatura do contrato/Ata de Registro de Preços, ou recuse-se a assiná-lo, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação para celebrar o contrato.



**18.2** - O contrato celebrado poderá ser rescindido a qualquer momento, nos termos dos Art. 137 a 139 da Lei 14.133/21.

### **19 – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**19.1** - O regime jurídico desta contratação confere ao contratante as prerrogativas Seção V - Do Sistema de Registro de Preços – e do Art. 104 da Lei nº 14.133/21.

**19.2** - Constituem obrigações do **CONTRATANTE**, além da constante do Art. 115 da Lei nº 14.133/21, as especificadas no Edital.

**19.3** - Acompanhar, fiscalizar e avaliar produtos do objeto deste Registro de Preços;

**19.4** - Emitir as ordens de fornecimento à empresa vencedora, de acordo com as necessidades, respeitando os prazos para atendimentos;

**19.5** - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo licitante vencedor;

**19.6** - Efetuar o pagamento na forma ajustada neste Edital, na Ata de Registro de Preços e no Instrumento Contratual, se for o caso;

**19.7** - Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital e outras previstas na Ata de Registro de Preços e no Instrumento Contratual, se for o caso;

### **20 – DA FISCALIZAÇÃO**

**20.1** - A entrega do produto e o cumprimento do disposto neste instrumento serão fiscalizados pelo **CONTRATANTE**, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, que acompanhará a entrega do produto, de acordo com o determinado, controlando os prazos estabelecidos para entrega do mesmo e apresentação de fatura, notificando à empresa vencedora a respeito de quaisquer reclamações ou solicitações havidas.

**20.2** - Resguardada a disposição do subitem precedente, a fiscalização representará o **CONTRATANTE** e terá as seguintes atribuições:

- a) Definir o objeto desta licitação, caracterizado por especificações e referências necessárias ao perfeito entendimento pelos licitantes;
- b) Receber o produto, verificando a sua conformidade com as especificações estabelecidas e da proposta, principalmente quanto ao modelo ofertado, quantidade, marca (se for o caso), etc;
- c) Assegurar à empresa vencedora acesso as suas dependências, por ocasião da entrega da mercadoria;



- d) Agir e decidir em nome do **CONTRATANTE**, inclusive, para rejeitar a(s) mercadoria(s) fornecida(s) em desacordo com as especificações exigidas;
- e) Coletar, se julgar necessário, amostra(s) de todos os itens, para realização de análise;
- f) Comunicar oficialmente à empresa vencedora quanto à rejeição do(s) produto(s);
- g) Certificar a Nota Fiscal correspondente somente após a verificação da perfeita compatibilidade entre o(s) produto(s) entregue(s) ao que foi solicitado;
- h) Exigir da empresa vencedora o cumprimento rigoroso das obrigações assumidas;
- i) Sustar o pagamento de faturas no caso de inobservância, pela empresa vencedora, de condições previstas neste instrumento;
- j) Transmitir ordens e instruções, verbais ou escritas, à empresa vencedora, no tocante ao fiel cumprimento do disposto neste instrumento;
- k) Solicitar a aplicação, nos termos deste instrumento, de multa(s) à empresa vencedora;
- l) Instruir o(s) recurso(s) da empresa vencedora no tocante ao pedido de cancelamento de multa(s), quando essa discordar do **CONTRATANTE**;
- m) No exercício de suas atribuições fica assegurado à fiscalização, sem restrições de qualquer natureza, o direito de acesso a todos os elementos de informações relacionados com o objeto deste instrumento, pelos mesmos julgados necessários.

## 21. DO PAGAMENTO

**21.1** - O pagamento pela efetiva entrega do objeto deste instrumento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia, à **CONTRATADA**, através da Tesouraria, mediante apresentação da Nota Fiscal correspondente, com a aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do mesmo, observando-se ainda a ordem cronológica de pagamentos, nos termos do art.141 da Lei nº 14.133/21.

**21.1.1** - A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue pela **CONTRATADA** diretamente ao responsável pela fiscalização que somente atestará a realização dos serviços e liberará a Nota Fiscal para pagamento quando cumpridas, pela **CONTRATADA**, todas as condições pactuadas.

**21.1.2** - A contagem para o 30º (trigésimo) dia, previsto no *caput*, só iniciar-se-á após a aceitação dos serviços prestados pela fiscalização do Município de MUTUM e cumprimento pela empresa de todas as condições pactuadas.

**20.1.3** - Para execução do pagamento, **CONTRATADA** deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível, em nome do Município de MUTUM, informando o número de sua conta corrente e agência Bancária, bem como o número da Ordem de Compra.

**21.1.4** - Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à **CONTRATADA** e o pagamento ficará pendente até que o



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUM  
CNPJ - 18.348.086/0001-03  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus ao Município de MUTUM.

**21.2** - A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da **CONTRATADA**.

**21.3** – O Município de MUTUM poderá sustar todo e qualquer pagamento do preço ou suas parcelas de qualquer fatura apresentada pela **CONTRATADA** caso verificadas uma ou mais das hipóteses abaixo e enquanto perdurar o ato ou fato sem direito a qualquer reajustamento complementar ou acréscimo, conforme enunciado:

- a) A **CONTRATADA** deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pelo órgão fiscalizador do Município de MUTUM.
- b) Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a **CONTRATADA** atenda à cláusula infringida.
- c) A **CONTRATADA** retarde indevidamente a execução do serviço ou paralise os mesmos por prazo que venha a prejudicar as atividades do Município de MUTUM.
- d) Débito da **CONTRATADA** para com o Município de MUTUM quer proveniente da execução deste instrumento, quer de obrigações de outros contratos.
- e) Em qualquer das hipóteses previstas nos parágrafos acima, ou de infração as demais cláusulas e obrigações estabelecidas neste instrumento.

**21.4** - Respeitadas as condições previstas neste instrumento, no caso de eventual atraso no pagamento por culpa do Município de MUTUM, os valores devidos serão acrescidos de encargos financeiros de acordo com o índice de variação do Índice Geral dos Preços de Mercado do mês anterior ao do pagamento "*pro rata tempore*", ou por outro índice que venha lhe substituir, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para o atraso; Ou ainda poderá ser aplicada a seguinte fórmula;

**Onde:  $EM = I \times N \times VP$**

**EM** = Encargos moratórios;

**N** = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e do efetivo pagamento;

**VP** = Valor da Parcela a ser paga

**TX** = Percentual da taxa anual = 6%

**I** = Índice de compensação financeira assim apurado:

**I** =  $(TX/100) \cdot I = (6/100)$

**21.5** - As despesas para contratação deste objeto correrão à conta das dotações



orçamentárias informadas na ordem de compra.

**NOTA 1: O encaminhamento da nota fiscal para pagamento poderá ser feito através do [envio dos documentos para o e-mail: compras@mutum.mg.gov.br](mailto:compras@mutum.mg.gov.br)**

## **22 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

**22.1** - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**22.2** - As penalidades acima relacionadas não são exaustivas, mas sim exemplificativas, podendo outras ocorrências ser analisadas e ter aplicação por analogia e de acordo com a Lei nº 14.133/21, em especial as penalidades dos crimes previstos no Capítulo II-B.

**22.3** - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis

## **22.4 - EXTENSÃO DAS PENALIDADES**

**22.4.1** - A sanção de suspensão de participar em licitação e contratar com o **CONTRATANTE**

poderá ser também, aplicada, sem prejuízo das sanções penais e civis, aqueles que:

**22.4.1.1**- Retardarem a execução do pregão;

**22.4.1.2**- Demonstrar em não possuir idoneidade para contratar com a Administração e;

**22.4.1.3**- Fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.

## **23 - PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO**

**23.1** - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de até 12 meses, contados a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogado na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021.



## **24 – DO REAJUSTAMENTO**

**24.1** - Conforme as normas financeiras vigentes, não haverá reajustamento de preços, no prazo inferior a 01 (um) ano.

## **25 – DA AMPLIAÇÃO E /OU REDUÇÃO**

**25.1** - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133/21.

## **26 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO**

**26.1** - O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

**26.1.1** - Descumprir as condições da ata de Registro de Preços;

**26.1.2** - Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

**26.1.3** - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado e estiverem presentes razões de interesse público.

**26.1.3.1** - O cancelamento do Registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

**26.1.3.2** - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

## **27 - DISPOSIÇÕES GERAIS**

**27.1** – Homologada a licitação o adjudicatário receberá autorização de fornecimento ou instrumento equivalente.

**27.2** – Caso o adjudicatário não preste o serviço ou forneça o(s) bem(s), objeto do certame, de acordo com a sua proposta, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para execução do serviço.

**27.3** - É facultado aa Pregoeira ou a **AUTORIDADE COMPETENTE**, em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

**27.4** – Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para execução dos serviços, decorrentes desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUM  
CNPJ - 18.348.086/0001-03  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



**27.5** – Uma vez convocado, a recusa injustificada do adjudicatário em prestar os serviços, dentro do prazo estabelecido neste edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas

**27.6** – Na hipótese acima referida será convocado novo adjudicatário, observada a ordem de classificação nesta licitação.

**27.7** – Constituem motivos para rescisão do contrato ou instrumento equivalente, todos aqueles listados pela Lei 14.133/21, nos artigos 137 a 139.

**27.8** – A **AUTORIDADE COMPETENTE** poderá nas mesmas condições contratuais, realizar acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato oriundo da ata de registro, conforme estabelecido no art. 125.

**27.9** – Será dada vista aos proponentes interessados tanto nas propostas comerciais como dos documentos de habilitação apresentados na sessão.

**27.10** - A contratação dos itens requisitados para cada evento deverá ser precedida da requisição específica não ficando necessariamente obrigado o **CONTRATANTE** a contratar todos os itens constantes no contrato, devendo o mesmo ser fornecido de forma fracionada ao mesmo.

**27.11** - É vedado à **contratada** subcontratar total ou parcialmente o fornecimento sem autorização expressa da Administração.

**27.12** - A presente Licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado; ou anulada, em todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.

**27.13** - A PREGOEIRA, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

**27.14** – É vedado ao **fornecedor** retirar sua proposta ou parte dela após aberta a sessão de pregão.

**27.15** - Informações complementares que visam obter maiores esclarecimentos sobre a presente Licitação serão prestadas pela Pregoeira de forma exclusiva pela plataforma de



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUM  
CNPJ - 18.348.086/0001-03  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



licitações Licitar Digital ([www.licitardigital.com.br](http://www.licitardigital.com.br)).

**27.16** - Integram o Presente Edital:

- a) Anexo I** – Termo de Referência;
- b) Anexo II** - Minuta da ARP;
- c) Anexo III** – Minuta do Contrato

**27.17-** Interessados poderão adquirir cópia do Edital somente via download do arquivo através do Portal Eletrônico <http://www.licitardigital.com.br> ou <https://mutum.mg.gov.br/licitacoes/1>

**27.18** - O licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e seus anexos, pois o simples registro de proposta financeira junto ao sistema eletrônico de licitação utilizado, submete-a à aceitação incondicional de seus termos, independentemente de transcrição, bem como representa o conhecimento do objeto em licitação e a observância dos preceitos legais e regulamentares que a regem, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor.

**27.19** - No caso de eventual divergência entre o Edital de Licitação e seus anexos, prevalecerão as disposições do primeiro.

**27.20** - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**27.21** - Cada licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, sendo-lhe exigível, ainda, em qualquer época ou oportunidade, a apresentação de outros documentos ou informações complementares que se fizerem necessários, a fim de completar a instrução do processo, conforme faculta o Art. 59, § 2º c/c art. 64 da Lei Federal nº 14.133/21.

**27.22** - É proibido a qualquer licitante tentar impedir o curso normal do processo licitatório mediante a utilização de recursos ou de meios meramente protelatórios, sujeitando-se o autor às sanções legais e administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e no Código Penal Brasileiro.

**27.23** - O **CONTRATANTE** reserva a si o direito de revogar a presente licitação por razões de interesse público ou anulá-la, no todo ou em parte por vício ou ilegalidade, bem como prorrogar o prazo para recebimento das propostas e/ou sessão de lances, desqualificar



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUM**  
**CNPJ - 18.348.086/0001-03**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

---



qualquer licitante ou desclassificar qualquer proposta, caso tome conhecimento de fato que afete a capacidade financeira, técnica ou comercial da licitante, sem que isto gere direito à indenização ou ressarcimento de qualquer natureza.

**27.24** - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**27.25** – O Instrumento Convocatório é parte integrante do Contrato.

**27.26.** Informações sobre o andamento da licitação poderão ser obtidas junto à Comissão de Licitações, nos dias úteis, das 8h às 12h e das 13h às 17h ou pelo telefone (33) 93618-2284 e e-mail: [licitacao@mutum.mg.gov.br](mailto:licitacao@mutum.mg.gov.br). Ainda, poderão ser acompanhadas as fases através do Portal Eletrônico <http://www.licitardigital.com.br>.

MUTUM/MG, 03 de junho de 2026.

---

**Marcia Luzia Pires de Araújo de Sá**  
**Secretaria Municipal de Educação**



**ANEXO I**  
**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 036/2026**  
**MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 022/2026**  
**TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. – DO OBJETO**

Registro de preços para aquisição parcelada de gêneros alimentícios destinados ao fornecimento de merenda escolar para as unidades de ensino da rede municipal e manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Educação de Mutum-MG.

**2 – DA JUSTIFICATIVA**

A aquisição de gêneros alimentícios para as escolas da rede municipal de ensino e para a manutenção da Secretaria de Educação de Mutum, MG, é uma necessidade imperiosa que se justifica por diversos fatores estratégicos e operacionais. Estes são fundamentais para garantir a execução eficaz das políticas públicas educacionais e promover o bem-estar dos estudantes e profissionais da educação.

**1. Suporte à Política de Alimentação Escolar:**

A merenda escolar desempenha um papel crucial no combate à fome e à desnutrição infantil, sendo muitas vezes a principal fonte de nutrição para os alunos em situação de vulnerabilidade social. A aquisição de alimentos de qualidade assegura que se mantenha o padrão nutricional adequado às necessidades das crianças, contribuindo para seu desenvolvimento físico e cognitivo.

**2. Impacto no Desempenho Escolar:**

Estudos têm demonstrado que a disponibilidade de uma alimentação saudável e balanceada está diretamente relacionada ao aumento da concentração, desempenho acadêmico e redução da evasão escolar. Ao garantir a oferta regular de merenda escolar, a Prefeitura de Mutum investe no futuro das crianças, formando cidadãos mais preparados.

**3. Cumprimento de Normas Legais e Administrativas:**

Conforme a Lei nº 11.947/2009 e as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), é responsabilidade do município assegurar que os alunos da rede pública tenham acesso a uma alimentação adequada durante o período letivo. A licitação e consequente aquisição de gêneros alimentícios são etapas essenciais para o cumprimento dessas



obrigações legais.

#### **4. Eficiência na Gestão da Secretaria de Educação:**

Além de atender às escolas, a Secretaria de Educação necessita de insumos alimentícios para o pleno funcionamento de suas atividades internas, incluindo a realização de eventos pedagógicos, formações e reuniões. O abastecimento contínuo desses itens é fundamental para garantir a eficiência administrativa e a qualidade dos serviços prestados.

#### **5. Incentivo à Agricultura Local:**

A aquisição planejada de alimentos pode incluir a compra de itens produzidos por agricultores locais, fomentando a economia regional e promovendo o desenvolvimento sustentável. Essa estratégia fortalece a economia local, gera empregos e estimula práticas agrícolas sustentáveis.

#### **6. Gestão Financeira e Orçamentária:**

A realização de uma licitação permite que a Prefeitura de Mutum obtenha os produtos necessários de forma transparente e econômica, garantindo o melhor uso dos recursos públicos. Por meio de um processo competitivo, é possível assegurar a aquisição de produtos de qualidade a preços justos, evitando desperdícios e desvios.

#### **7. Continuidade dos Serviços Educacionais:**

A interrupção no fornecimento de gêneros alimentícios pode comprometer seriamente a rotina escolar e administrativa, prejudicando milhares de alunos e profissionais. Portanto, a execução dessa licitação é indispensável para assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços educacionais no município.

Em síntese, a presente aquisição é vital para garantir não apenas o cumprimento do dever constitucional de oferecer educação de qualidade, mas também para promover justiça social e desenvolvimento comunitário. A administração pública, ao priorizar essa aquisição, demonstra seu compromisso com o bem-estar e o futuro de sua população.

Cumpra salientar que a presente contratação está em consonância com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, insculpidos no art. 37 da Constituição Federal. A observância desses princípios é fundamental para garantir a lisura e a transparência do processo de aquisição, bem como para assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada à presente contratação, haja vista a imprevisibilidade do quantitativo a ser demandado, bem como a necessidade de entregas parceladas. Tal sistema proporciona maior flexibilidade e eficiência na gestão das aquisições, permitindo a racionalização dos procedimentos licitatórios e a otimização dos recursos públicos.

É imperioso ressaltar que a aquisição dos gêneros alimentícios deve ser realizada por meio de



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUM**  
**CNPJ - 18.348.086/0001-03**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**



procedimento licitatório adequado, visando assegurar a observância do princípio constitucional da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, garantindo a ampla participação de fornecedores e, conseqüentemente, a obtenção de preços mais competitivos.

No que concerne à qualidade dos produtos a serem adquiridos, faz-se mister estabelecer critérios rigorosos de seleção e avaliação, em conformidade com as normas sanitárias e de segurança alimentar vigentes. Tal medida visa garantir que os gêneros alimentícios fornecidos atendam aos padrões de qualidade exigidos e sejam adequados ao consumo humano, resguardando assim a saúde e o bem-estar dos beneficiários dos programas sociais.

Ademais, a aquisição parcelada de gêneros alimentícios permite uma melhor adequação às necessidades específicas da secretaria requisitante.

Cabe ressaltar que a presente contratação deve ser pautada pelos princípios da sustentabilidade e da responsabilidade socioambiental, priorizando, sempre que possível, a aquisição de produtos orgânicos, de origem local ou regional, e provenientes da agricultura familiar. Tal abordagem não apenas contribui para o desenvolvimento econômico local, mas também para a redução do impacto ambiental associado ao transporte e à produção de alimentos.

No que tange à fiscalização e ao acompanhamento da execução contratual, é imperativo que sejam designados servidores capacitados para exercer tal função, garantindo assim o cumprimento integral das obrigações assumidas pelo fornecedor e a qualidade dos produtos entregues. A efetiva fiscalização contribui para a prevenção de irregularidades e para a otimização dos recursos públicos empregados na aquisição.

Por fim, ressalta-se que a presente justificativa não exaure todos os aspectos legais e técnicos envolvidos na contratação, devendo ser complementada, se necessário, pelos setores competentes da Administração Municipal, em observância aos princípios da motivação e da legalidade dos atos administrativos. A efetivação da aquisição ora justificada deve ser precedida dos devidos procedimentos licitatórios, em estrita observância à legislação vigente, garantindo assim a transparência, a economicidade e a eficiência na aplicação dos recursos públicos destinados à promoção da alimentação escolar e da manutenção da secretaria de educação.

### **3 – DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS E PRAZO DE ENTREGA**

<b>ÍTEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>UND</b>	<b>QNT</b>
<b>1</b>	<b>Abóbora Japonesa</b> (Madura, sem partes deterioradas, com as características organolépticas mantida)	KG	1.000
<b>2</b>	<b>Abobrinha</b> (Fresca, sem partes deterioradas, com características organolépticas mantidas)	KG	500
<b>3</b>	<b>Abóbora Moranga</b> (Madura, sem partes deterioradas, com as características organolépticas mantida)	KG	500



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUM**  
**CNPJ - 18.348.086/0001-03**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**



<b>4</b>	<b>Açafrão - 30 g</b> Condimento calorífico em pó de primeira, constituído de matéria prima de boa qualidade e apresentando bom aspecto, cor, cheiro e sabor característico do produto, contendo identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 6 meses a partir da data da entrega.	PCT	300
<b>5</b>	<b>Açúcar Cristal 5 kg</b> Açúcar tipo cristal, de origem vegetal, com sacarose de cana de açúcar embalagem: pacote de 5 Kg, em polietileno atóxico, leitoso e resistente. Validade mínima de 6 a 12 meses a partir da data da entrega.	PCT	1000
<b>6</b>	<b>Achocolatado em pó</b> (Achocolatado em pó, instantâneo, contendo os seguintes ingredientes básicos: açúcar, cacau em pó, soro de leite, emulsificante lecitina de soja. Pacote de 1 kg, em polietileno atóxico, transparente ou leitoso ou aluminizada e resistente). Validade superior a 6 meses a partir da data da entrega.	KG	200
<b>7</b>	<b>Alface</b> (Folhas frescas e tenras, sem partes estragadas, com características organoléptica mantidas)	UND	500
<b>8</b>	<b>Adoçante dietético em gotas 100 ml</b> (adoçante dietético líquido, a base de Stévia ou Stevia com Taumatina). Validade mínima de 6 a 12 meses a partir da data da entrega.	UND	15
<b>9</b>	<b>Alho</b> (Alho graúdo, grãos sadios e isentos de bolores, acomodados em embalagens transparentes. Boa apresentação ao exame visual.)	KG	500
<b>10</b>	<b>Amendoim</b> (Amendoim, grupo descascado, selecionado, classe médio - 500g) Validade superior a 6 meses a partir da data da entrega.	PCT	500
<b>11</b>	<b>Amido de Milho</b> , embalagem de 500gr. Validade superior a 6 meses a partir da data da entrega.	PCT	500
<b>12</b>	<b>Arroz Integral</b> , de primeira qualidade. Embalagens de 1 kg. Arroz integral longo fino, sem remoção da película do grão. Produto de acordo com as leis específicas vigentes. Validade mínima de 6 a 12 meses a partir da data da entrega.	PCT	300
<b>13</b>	<b>Arroz polido tipo 1</b> (Grãos da safra, longo fino, cor clara, isento de mofo e pragas, pacote contendo 1kg). Validade superior a 6 meses a partir da data da entrega.	PCT	2.000
<b>14</b>	<b>Arroz polido tipo 1</b> (Grãos da safra, longo fino, cor clara, isento de mofo e pragas, pacote contendo 5kg). Validade superior a 6 meses a partir da data da entrega.	PCT	3.000
<b>15</b>	<b>Aveia Laminada</b> , flocos médios. Pacote de 400gr. Validade superior a 6 meses a partir da data da entrega.	PCT	100
<b>16</b>	<b>Banana maçã, nanica ou prata</b> (Fresca, com as características organolépticas mantida.)	KG	2.000
<b>17</b>	<b>Batata Doce</b> , lisa, firme e compacta, devendo ser grauda, isenta de enfermidades, parasitas e larvas, material terroso e sujidades, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte	KG	800



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUM  
CNPJ - 18.348.086/0001-03  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



18	<b>Batata Palha</b> - Fina,sequinha e crocante. Produto obtido a partir do processamento da batata descascada, ralada tipo palha, íntegra e frita em óleo vegetal isento de ácidos graxos trans, livre de conservantes e corante. Embalagem plástica de 01 kg, reforçada, hermeticamente fechada, contendo rótulo com asinformações nutricionais.Validade minima de 6 a 12 meses a partir da data da entrega.	PCT	500
19	<b>Batata inglesa, nova de 1° qualidade</b> (Batata inglesa, nova de 1° qualidade,tamanho grande homogêneo, casa lisa, sem esverdeamento, limpa, acondicionada emembalagem limpa. Boa apresentação visual.)	KG	1500
20	<b>Bebida vegetal UHT</b> de aveia, contendo 1 litro. Validade mínimo 60 dias. Sem adição de açúcares e corantes.	UND	80
21	<b>Bebida vegetal UHT</b> de amêndoas, contendo 1 litro. Validade mínimo 60 dias da data da entrega. Sem adição de açúcares e corantes.	UND	80
22	<b>Beterraba</b> (Fresca, tenra, sem partes deterioradas, com características organolépticas mantidas)	KG	800
23	<b>Biscoito de polvilho</b> (Embalagem com 200g. Biscoito de polvilho, tradicional, salgado, assado e crocante. Isento de glúten. Deve apresentar bom aspecto, cor, cheiro e sabor. Deverá ter informações do fabricante, rétulo completo, data de fabricação e prazo de validade superior a 6 meses a partir da data da entrega)	PCT	200
24	<b>Biscoito doce</b> - formato redondo, sem recheio. Obtido pelo amassamento e cocção de massa preparada com farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal, amido de milho, leite em pó e sal. Deve ser crocante, cor clara dourada, isento de gordura trans. Embalagem primária em pacote selado de 1,800kg, atóxico, resistente, contendo data de fabricação, validade (mínimo 1 ano) e informações nutricionais conforme legislação vigente. Livre de sujidades, parasitas ou larvas. Validade superior a 6 meses a partir da data da entrega.	PCT	150
25	<b>Biscoito doce - sem glúten</b> (Embalagem com 200g. Não poderá conter nenhum traço de glúten, tipo sequinhos. Deve apresentar bom aspecto, cor, cheiro e sabor. Deverá ter informações do fabricante, rétulo completo, data de fabricação e prazo de validade superior a 6 meses a partir da data da entrega)	PCT	200
26	<b>Bobina para Alimentos/Uso Geral (Picotada):</b> "Bobina plástica picotada, transparente, em Polietileno de Alta Densidade (PEAD), virgem, atóxica e inodora. Dimensões aproximadas: 30x40cm . Com picote para fácil destaque. Acondicionamento seguro para alimentos". Bobina com, no mínimo, 450 unidades/aprox. 3kg"	KG	1000



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUM  
CNPJ - 18.348.086/0001-03  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



27	<b>Bobina para Alimentos/Usos Gerais (Picotada):</b> "Bobina plástica picotada, transparente, em Polietileno de Alta Densidade (PEAD), virgem, atóxica e inodora. Dimensões aproximadas: 40x60cm . Com picote para fácil destaque. Acondicionamento seguro para alimentos". Bobina com, no mínimo, 450 unidades/aprox. 3kg"	KG	1000
28	<b>Bolacha Doce</b> Ingredientes mínimos: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal, açúcar invertido, sal. Sem gordura trans. Características: cor, odor, sabor e textura característicos. Embalagem contendo registro e informação nutricional no rótulo e sendo de 350 a 400 gramas. Validade superior a 6 meses a partir da data da entrega.	PCT	200
29	<b>Bolacha Salgada</b> Tipo Cream Cracker obtido pela mistura de farinha (s), amido(s) e ou falcúla(s) com outros ingredientes, submetidos a processos de amassamento e cocção, fermentados ou não. Produto com sabor, cor, odor e textura característicos. Embalagem de 350 a 400 gramas com registro e informação nutricional no rótulo Validade superior a 6 meses a partir da data da entrega.	PCT	200
30	<b>Brocolis</b> deverá ser fresco e saudável, ter atingido o grau máximo de tamanho, aroma e cor da espécie e variedade, livre de insetos e sujidades, sem danificação. Embalagem plástica, atóxica, resistente.	UND	350
31	<b>Cacau em pó</b> , solúvel, 100% cacau. Pacote 200g. Validade superior a 6 meses a partir da data da entrega.	UND	250
32	<b>Café torrado e moído</b> - Café torrado e moído, 100% Arábica de alta qualidade predominante Arábica, classificado como Superior ou Gourmet (conforme ABIC), com selo de pureza ABIC ou equivalente. Torra média a clara, bebida dura ou superior, sabor intenso, aroma pronunciado, com grãos uniformes e isento de impurezas ou grãos pretos/verdes/ardidos (PVA) acima do permitido pela norma. Validade mínima de 12 meses a partir.	UND	2500
33	<b>Canela em pó</b> - embalagem contendo 30g do pó. Validade mínima de 6 a 12 meses a partir da entrega.	PCT	300
34	<b>Canjica Branca - 500G</b> (Canjica Branca, grupo extra, despeliculada, classe branca embalagem em polietileno atóxico, transparente e resistente). Validade superior a 6 meses a partir da data da entrega.	PCT	600
35	<b>Canjiquinha de milho</b> (Isenta de sujidades, moída fina. Pacote de 1kg.). Validade superior a 6 meses a partir da data da entrega.	KG	500



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUM**  
**CNPJ - 18.348.086/0001-03**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**



<b>36</b>	<b>Carne bovina moída</b> (Carne bovina, corte Músculo moído, magro, congelada, sem gordura e sebo, isento de aditivos ou substâncias estranhas que sejam impróprias ao consumo e que alterem suas características naturais (físicas, químicas e organolépticas). Deverá ser acondicionada em embalagem primária plástica atóxica transparente, isenta de sujidades e ou ação de microorganismos. em pacotes de 1 kg, devidamente selada, com especificação de peso, validade, produto e marca/procedência. Validade a vencer de no mínimo 3 meses contados a partir da entrega.	KG	3500
<b>37</b>	<b>Carne bovina em pedaços</b> (Carne bovina, corte Acém, porcionada em cubos de aproximadamente 30g, isento de aditivos ou substâncias estranhas que sejam impróprias ao consumo e que alterem suas características naturais (físicas, químicas e organolépticas). Deverá ser acondicionada em embalagem primária constituída de plástico atóxico transparente, isenta de sujidades e ou ação de microorganismos. em pacotes de 1 kg, devidamente selada, com especificação de peso, validade, do produto e marca/procedência. Validade a vencer de no mínimo 3 meses contados a partir da data de entrega. )	KG	3500
<b>38</b>	<b>Carne Suína 1ª</b> – Especificidade: pernil sem osso ou lombo, peça/pedaço com pouca gordura, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, embalada em embalagem própria, sem sujidades e ação de micróbios. Em pacotes de 1 kg, devidamente selada, com especificação de peso, validade, do produto e marca/procedência. Validade a vencer de no mínimo 3 meses contados a partir da data de entrega.	KG	3500
<b>39</b>	<b>Carne suína moída</b> (Carne suína, corte pernil, magro, congelada, sem gordura e sebo, isento de aditivos ou substâncias estranhas que sejam impróprias ao consumo e que alterem suas características naturais (físicas, químicas e organolépticas). Deverá ser acondicionada em embalagem primária plástica atóxica transparente, isenta de sujidades e ou ação de microorganismos. em pacotes de 1 kg, devidamente selada, com especificação de peso, validade, produto e marca/procedência. Validade a vencer de no mínimo 3 meses contados a partir da entrega.	KG	3500
<b>40</b>	<b>Cebola branca</b> (Cebola branca, sem réstia, tamanho médio homogêneo, nova de 1º qualidade com casca sã, sem rupturas, acondicionada em embalagem limpa. Boa apresentação visual.)	KG	1000
<b>41</b>	<b>Cebolinha</b> (Fresca, tenra, com as características organolépticas mantida; sem folhas amareladas)	MÇO	500
<b>42</b>	<b> Cenoura</b> (Fresca, tenra, sem partes deterioradas, com características organolépticas mantidas)	KG	1.000



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUM  
CNPJ - 18.348.086/0001-03  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



43	<b>Chimichurri sem pimenta 15g</b> - tempero tipo chimichurri desidratado (salsa, orégano, cebola, alho, pimenta vermelha, pimentão e sal, embalagem plástica resistente e transparente, rotulagem contendo informações dos ingredientes, composição nutricional, data de fabricação e prazo de validade.	PCT	800
44	<b>Chuchu</b> (Fresca, sem partes deterioradas, com características organolépticas mantidas)	KG	1000
45	<b>Coco ralado sem açúcar</b> (coco puro, parcialmente desidratado; obtido por processo tecnológico adequado; com umidade máxima de 4% e lipídios entre 35% a 60%. Produto isento de substâncias nocivas e ranço, sem adição de açúcar e produtos químicos, aditivos, corantes ou conservantes. Embalado em pacotes de 100 g. Validade mínima na data de entrega 4 meses a partir da data da entrega)	PCT	300
46	<b>Coentro</b> (Fresca, tenra, com as características organolépticas mantida; sem folhas amareladas)	MÇO	500
47	<b>Colorífico - 30g</b> Embalagens de 30g, transparentes, atóxica, contendo todas as especificações inerentes ao produto, nos termos das determinações do Ministério da Agricultura.	PCT	600
48	<b>Colorífico - 500g</b> Embalagens de 500g, transparentes, atóxica, contendo todas as especificações inerentes ao produto, nos termos das determinações do Ministério da Agricultura.	UND	2800
49	<b>Couve</b> (Fresca, tenra e sem folhas amareladas)	MÇO	500
50	<b>Couve-Flor</b> deverá ser fresco e saudável, ter atingido o grau máximo de tamanho, aroma e cor da espécie e variedade, livre de insetos e sujidades, sem danificação. Embalagem plástica, atóxica, resistente.	UND	200
51	<b>Erva-doce</b> 20 g De primeira qualidade, Ingredientes: Fruto de erva -doce (Pimpinella anisum, l). Validade mínima de 6 meses a partir da data da entrega.	UND	80
52	<b>Extrato de tomate</b> (Extrato de tomate concentrado, contendo: polpa de tomate, açúcar e sal. Sachê de 300 g.) Validade mínima de 6 a 12 meses a partir da data da entrega.	UND	500
53	<b>Farinha de mandioca</b> torrada .Seca, fina, tipo I, com cor, cheiro e sabor característicos.Pacotes com 01 kg e rotulo com as informações obrigatórias (fabricação, validade, numero do Alvará Sanitário.) Validade mínima de 6 meses a partir da data da entrega.	KG	500
54	<b>Farinha de milho</b> , amarela em flocos enriquecida com ferro e ácido fólico. Embalagem plástica contendo 500g, livre de parasitas, odores estranhos, substâncias nocivas, prazo de validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega.	UND	80
55	<b>Farinha de Aveia</b> , pacote 200g. Validade superior a 6 meses a partir da data da entrega.	UND	100



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUM**  
**CNPJ - 18.348.086/0001-03**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**



<b>56</b>	<b>Farinha de Arroz 250 gr.</b> Produto natural resultante da moagem de grãos selecionados de arroz polido branco (ou integral, se for o caso), 100% arroz, sem outros aditivos. Sem umidade, sem odores ou sabores estranhos, ranço ou mofo. Validade mínimo 6 meses a partir da data da entrega.	PCT	500
<b>57</b>	<b>Farinha de Trigo</b> (Farinha de trigo <b>com fermento</b> , enriquecida com ferro e ácido fólico, sendo obtida a partir de cereal limpo, esgerminado, com uma extração máxima de 20% e com teor máximo de cinzas de 0,385% (embalagem: pacote de 1 Kg). Validade superior a 6 meses a partir da data da entrega.	KG	800
<b>58</b>	<b>Fécula de Batata, 500g.</b> Pó fino e homogêneo, 100% fécula de batata, sem adição de outros ingredientes, corantes e conservantes, sem sujidades e contaminações. Em embalagem atóxica, resistente, íntegra e hermeticamente fechada. Validade mínimo de 6 meses.	PCT	100
<b>59</b>	<b>Feijão Carioca</b> , sem grãos mofados, carunchados, torrados e sujidades. Embalagem transparente, atóxica, contendo identificação do produto, quantidade, data de fabricação e prazo de validade. Forma de entrega a ser definida pelo setor da Alimentação Escolar. Validade mínima de fabricação 6 meses a partir da data da entrega.	KG	500
<b>60</b>	<b>Feijão Preto tipo I</b> , sem grãos mofados, carunchados, torrados e sujidades. Embalagem transparente, atóxica, contendo identificação do produto, quantidade, data de fabricação e prazo de validade. Forma de entrega a ser definida pelo setor da Alimentação Escolar. Validade mínima de fabricação 6 meses a partir da data da entrega.	KG	2.000
<b>61</b>	<b>Feijão Vermelho</b> , sem grãos mofados, carunchados, torrados e sujidades. Embalagem transparente, atóxica, contendo identificação do produto, quantidade, data de fabricação e prazo de validade. Forma de entrega a ser definida pelo setor da Alimentação Escolar. Validade mínima de fabricação 6 meses a partir da data da entrega.	KG	500
<b>62</b>	<b>Fermento biológico seco instantâneo</b> de alta performance, composto por células vivas de <i>Saccharomyces cerevisiae</i> e agente de reidratação (emulsificante), de uso direto na farinha, sem necessidade de pré-fermentação. Granulado fino, cor bege clara, odor característico, sem glúten e com validade mínima de 6 meses a partir da data da entrega. Embalagem primária (sachê) de alta resistência (10g), mantendo o produto seco e protegido de luz e umidade.	UND	150
<b>63</b>	<b>Fermento em Pó</b> , embalagem de 250 g contendo identificação do produto, data de fabricação e validade. Validade superior a 6 meses a partir da data da entrega.	UND	2000



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUM  
CNPJ - 18.348.086/0001-03  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



64	<b>Filé de tilápia</b> ( <i>Oreochromis spp</i> ), cru, congelado, sem pele e sem espinhas. Filés íntegros, de coloração branca ou rosada característica, firmes, com cheiro suave característico (não amoniacal), isentos de sujidades, parasitas, manchas escuras ou deformações. Validade mínima de 12 meses a partir da data de fabricação na entrega. Pacotes de 400g	PCT	2000
65	<b>Filezinho de Frango tipo Sassami.</b> Pedaçõs inteiros, congelados, sem pele, sem osso, sem cartilagens e sem nervos. Peso de cada filé em torno de 30 a 50g. Embalagem atóxica, resistente, atóxica, contendo 1kg do alimento, armazenada e transportada conforme legislação específica da ANVISA. Validade mínima de 6 meses a partir da data da entrega.	KG	2500
66	<b>Flocão de milho 500g</b> , pré-cozido, tradicional. Composição: Farinha de milho flocada (processamento de grãos sadios e limpos), isento de sal. Flocos uniformes, aspecto e cor próprios (amarelo). Odor/Sabor próprios, sem ranço, fermentação ou cheiro estranho. Ausência de umidade excessiva. Livre de sujidades, parasitas, larvas, materiais terrosos e misturas de outras espécies. Em sacos plásticos transparentes, atóxicos, resistentes e hermeticamente fechados (tipo almofada). Validade mínima de 6 meses (ou conforme edital) a partir da entrega, em embalagem íntegra.	PCT	150
67	<b>Fórmula Infantil para crianças que apresentam alergia à proteína do leite de vaca e/ou de soja</b> , sem quadros de diarreia. Lata com 800 g. Deve conter proteínas do soro do leite estensamente hidrolisadas, maltodextrina, lactose e a base de óleos vegetais (palma, canola, coco, girassol), ácidos graxos de cadeia longa (DHA e ARA) e ácidos linoléico e alfa-linolênico; além de vitaminas, sais minerais e fibras alimentares. Levar amostra do produto. Validade superior a 6 meses.	LT	20
68	<b>Fórmula Infantil para crianças que apresentam alergia à proteína do leite de vaca e/ou de soja</b> , distúrbios absortivos ou outras condições clínicas que requerem o uso de fórmula semi-elementar e hipoalergênica. Lata com 400 g. Deve conter proteínas do soro do leite extremamente hidrolisadas, maltodextrina, óleos vegetais e de peixe, ácidos graxos de cadeia média (TCM); além de vitaminas e sais minerais. Isento de sacarose, lactose, frutose e glúten. Levar amostra do produto. Validade superior a 6 meses a partir da data da entrega.	KG	750



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUM  
CNPJ - 18.348.086/0001-03  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



69	<b>Frango congelado ( coxa e sobrecoxa)</b> , Congelado, com pele, sem tempero, cor própria, sem manchas esverdeadas, não amolecida, nem pegajosa, sem odores estranhos, com registro no SIF (Serviço de Inspeção Federal) ou SISP (Serviço de Inspeção de São Paulo/Estadual), com adição de água de no máximo 6%. Sacos plásticos atóxicos, resistentes, embalados a vácuo ou com selagem termoencolhível, de 1 kg, com identificação do produto, carimbo do SIF, data de fabricação e validade mínima de 6 meses a partir da data da entrega.	KG	1000
70	<b>Frango congelado ( Coxinha da asa)</b> , Congelada, com pele, sem tempero, cor própria, sem manchas esverdeadas, não amolecida, nem pegajosa, sem odores estranhos, com registro no SIF (Serviço de Inspeção Federal) ou SISP (Serviço de Inspeção de São Paulo/Estadual), com adição de água de no máximo 6%. Sacos plásticos atóxicos, resistentes, embalados a vácuo ou com selagem termoencolhível, de 1 kg, com identificação do produto, carimbo do SIF, data de fabricação e validade mínima de 6 meses a partir da data da entrega.	KG	1000
71	<b>Frango congelado</b> (frango abatido, inteiro (sem cabeça, vísceras e pés), congelado, embalagem plástica transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade mínimo 6 meses a partir da data da entrega).	UND	250
72	<b>Fubá amarelo</b> (textura fina. Isento de sujidades. Pacote de 1kg). Validade de 6 meses ou mais a partir da data da entrega. Rótulo com as informações obrigatórias (fabricação, validade, número do Alvará Sanitário)	KG	500
73	<b>Gelatina incolor</b> , sem sabor, de grau alimentício, obtida a partir da hidrólise do colágeno animal. Produto neutro, isento de corantes, aromatizantes e açúcares. Deve apresentar textura fina, cor esbranquiçada/transparente quando em pó e alta solubilidade em água quente. Acondicionado em embalagens plásticas (12g), atóxicas, vedadas, impermeáveis e resistentes, que garantam a integridade do produto até o momento do consumo. Validade mínima de 05 a 12 meses a partir da data da entrega.	UND	100
74	<b>Geléia de morango (zero adição de açúcar)</b> , elaborada a partir da cocção de morangos sadios, frescos ou congelados, de polpa firme e cor intensa, apresentando consistência gelatinosa, textura macia e sabor característico. Validade mínima de 12 meses a partir da data de fabricação. Embalagem de 230 a 260g.	UND	50
75	<b>Geléia de uva (zero adição de açúcar)</b> , elaborada a partir da cocção de morangos sadios, frescos ou congelados, de polpa firme e cor intensa, apresentando consistência gelatinosa, textura macia e sabor característico. Validade mínima de 12 meses a partir da data de fabricação. Embalagem de 230 a 260g.	UND	50



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUM  
CNPJ - 18.348.086/0001-03  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



76	<b>Granola sabor natural</b> , formulada à base de cereais (aveia, flocos de milho), oleaginosas (castanhas, linhaça) e frutas secas (uva passa, maçã), sem adição de açúcares (refinado, mascavo, demerara, mel, xaropes ou glucose). Embalagem de 500g. Validade mínima de 6 meses a partir da data da entrega.	PCT	150
77	<b>Grão de bico, 500g.</b> Grãos inteiros, são, maduros e secos, com coloração uniforme (preferencialmente creme ou amarelada), e aspecto brilhoso e liso. Isento de material terroso, sujidades, pedras, fungos, parasitas, larvas, ou quaisquer corpos estranhos. Embalagem atóxica, resistente, lacrada. Validade igual ou superior a 6 meses a partir da data da entrega.	PCT	200
78	<b>Inhame</b> (Isento de sujidades e fresca, com as características organolépticas mantida.)	KG	1.000
79	<b>Iogurte natural</b> - pote 170 g (Iogurte natural integral, sem corante, contendo apenas leite pasteurizado integral e ou leite reconstituído integral e fermento lácteo. Apresentando marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 3 meses a partir da data da entrega.	POTE	100
80	<b>Iogurte com polpa de frutas</b> sabor morango. Embalagem com 120 gramas, Validade mínima de 3 meses a partir da data da entrega.	UND	3000
81	<b>Laranja</b> (Fresca, sem partes deterioradas, com as características organolépticas mantidas).	KG	1.000
82	<b>Leite de Coco em pó</b> , minimamente processado, puro, pó fino e branco, isento de grumos, sujidades, parasitas, corpos estranhos, larvas ou insetos. Aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, característicos do coco, sem odores ou sabores estranhos (como ranço, mofo, etc.). Em embalagem atóxica, resistente, lacrada, contendo 200g do alimento. Validade igual ou superior a 3 meses a partir da data da entrega.	UND	50
83	<b>Leite de Coco líquido</b> integral, cor branco-leitoso, homogêneo, obtido a partir da prensagem da polpa do coco maduro e são, não rançoso, isento de sabores e odores estranhos, impurezas, parasitas, larvas, bolores ou mofo. Embalagem de vidro ou Tetra Pak, contendo 200ml do alimento. Validade mínimo 6 meses a partir da data da entrega.	UND	100
84	<b>Leite de vaca tipo A2A2 semidesnatado</b> , caixa com 1 litro, com identificação do produto e prazo de validade superior a 03 meses a contar a partir da entrega.	UND	360
85	<b>Leite de vaca tipo A2A2 zero lactose</b> , caixa com 1 litro, com identificação do produto e prazo de validade superior a 03 meses a contar a partir da entrega.	UND	360
86	<b>Leite de vaca integral</b> , caixa com 1 litro, com identificação do produto e prazo de validade superior a 03 meses a contar a partir da entrega.	UND	840



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUM**  
**CNPJ - 18.348.086/0001-03**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**



<b>87</b>	<b>Leite de Vaca 0% Lactose.</b> Leite semidesnatado em embalagem UHT de 1 litro, contendo leite de vaca para dietas com restrição de lactose. Embalagem contendo identificação do produto, quantidade, data de fabricação e validade superior a 03 meses a contar a partir da entrega.	UND	360
<b>88</b>	<b>Leite de Soja líquido,</b> embalagem UHT de 1 litro, contendo leite de soja enriquecido com cálcio (no mínimo 240 mg de Cálcio na porção). Embalagem contendo identificação do produto, quantidade, data de fabricação e validade superior a 03 meses a contar a partir da entrega.	UND	144
<b>89</b>	<b>Leite em pó integral</b> (Leite em pó integral e instantâneo, sem açúcar, devendo a matéria prima ser a partir de origem exclusivamente nacional, contendo os seguintes ingredientes: leite integral e emulsificante lecitina de soja, com registro no Ministério da Agricultura/SIF. 400gr). Validade mínima de 12 meses da data da entrega.	PCT	1500
<b>90</b>	<b>Leite em pó zero lactose</b> (Leite em pó integral instantâneo, sem açúcar, sem lactose, com lecitina, enzima lactase e acrescido de vitaminas e minerais, com registro no Ministério da Agricultura/SIF. 400gr). Validade 6 meses ou mais a partir da data da entrega.	PCT	500
<b>91</b>	<b>Lentilha</b> Embalagem em polipropileno transparente, atóxica, resistente, lacrada, contendo no mínimo 500 gramas com procedência, registro e informação nutricional no rótulo. Prazo de validade mínimo 6 meses.	KG	500
<b>92</b>	<b>Limão</b> (Maduro, fresco, com as características organolépticas mantidas).	KG	150
<b>93</b>	<b>Lingüiça</b> (Lingüiça pura – suína, sem pimenta, sem gordura e sebo, congelada, isenta de aditivos ou substâncias estranhas que sejam impróprias ao consumo e que alterem suas características naturais (físicas, químicas e organolépticas). Deverá ser acondicionada em embalagem primária plástica atóxica transparente, isenta de sujidades e ou ação de microorganismos. em pacotes de 1 kg, devidamente selada, com especificação de peso, validade, produto e marca/procedência. Validade a vencer de no mínimo 3 meses contados a partir da entrega.	UND	500
<b>94</b>	<b>Linguica Calabresa sem Pimenta</b> Produzida à base de carne suína (pernil/paleta), toucinho, sal e especiarias, com características de cura e defumação, primeira qualidade, livre de cartilagens, ossos, linfo-nódulos, parasitas e larvas. Firme, de cor avermelhada, odor e sabor característicos, sem umidade excessiva, não pegajosa, sem manchas esverdeadas ou contaminação por materiais estranhos. Validade mínima de 3 meses. Pacotes de 2 a 3kg.	PCT	500
<b>95</b>	<b>Louro em folhas -10g</b> Folhas sãs, inteiras ou em pedaços íntegros, limpas, desidratadas, com coloração verde-pardacenta característica, isentas de materiais estranhos à espécie, sujidades, larvas ou bolor. Validade mínima de 6 meses contados a partir da entrega.	PCT	100



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUM**  
**CNPJ - 18.348.086/0001-03**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**



96	<b>Macarrão Integral</b> tipo parafuso/penne. 500gr. Macarrão de arroz com ovos. Sem glúten - sem lactose. O produto devera estar em conformidade com as leis especificas vigentes. Validade mínima de 12 meses contados a partir da entrega.	PCT	200
97	<b>Macarrão sem gluten</b> tipo parafuso/penne. 500gr. Macarrão de arroz com ovos. Sem glúten - sem lactose. O produto devera estar em conformidade com as leis especificas vigentes. Validade mínima de 12 meses contados a partir da entrega.	PCT	1500
98	<b>Macarrão de Sêmola - espagete nº 8.</b> Sem ovos. As massas deverão trazer no rótulo a designação expressa de sua natureza. Rotulagem nutricional obrigatória, características próprias do produto. Embalagem polipropileno atóxico, resistente, lacrado, contendo 1 Kg com procedência, registro e informação nutricional no rótulo. Prazo de validade mínimo 12 meses contados a partir da entrega.	KG	1500
99	<b>Macarrão semola goela.</b> Sem ovos. Embalagem atóxica, lacrada, 1 kg. Validade mínima 6 meses da data da entrega.	KG	1000
100	<b>Macarrão de Sêmola - Parafuso.</b> Sem ovos. Embalagem atóxica, lacrada, 1 kg. Validade mínima 12 meses a partir da data da entrega.	UND	1500
101	<b>Maçã</b> (Maçã Gala, nova de 1º qualidade, unidade, tamanho pequeno a médio, grau médio de amadurecimento, casca sã, sem rupturas, acondicionada em embalagem limpa. Boa apresentação ao exame visual.)	KG	4000
102	<b>Mamão</b> (fresco, higienizado, firme, sem rachaduras e intacto)	KG	1000
103	<b>Mandioca</b> (Fresca e higienizada com as características organolépticas mantidas).	KG	500
104	<b>Manga</b> (madura, fresca, de 1ª qualidade, sem deterioração, características organolépticas mantidas)	KG	500
105	<b>Manteiga</b> Embalagem contendo 500 gramas, com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade de 6 meses a partir da data da entrega.	PCT	1000
106	<b>Maracujá</b> , casca lisa, graúdo, de 1ª qualidade, livre de sujidades, parasitas e larvas, tamanho e coloração uniformes, com polpa firme e intacta.	KG	100
107	<b>Melancia</b> in natura, de primeira qualidade, casca sã, lisa, sem rachaduras, furos, manchas ou sinais de podridão. Polpa firme, suculenta, cor e sabor típicos (vermelho intenso), colhida no grau de maturação adequado. Deve estar limpa e livre de parasitas.	KG	4000
108	<b>Mexerica</b> de ótima qualidade, compacta, fresca e firme, isenta de sujidades, tamanho e coloração uniformes,	KG	300
109	<b>Milho para pipoca - tipo 1</b> o produto deverá estar em conformidade com as leis específicas vigentes. Embalagem atóxica, resistente, bem vedada, com rótulo nutricional, com 500 gramas e prazo de validade de 6 meses a partir da data da entrega.	UND	2500



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUM  
CNPJ - 18.348.086/0001-03  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



110	<b>Milho verde</b> em sachê, cozido no vapor, sem adição de sal e conservantes, embalagem atóxica, resistente, lacrada, com peso líquido de no mínimo 200 gramas, com procedência, registro e informação nutricional no rótulo. Prazo de validade de 6 meses a partir da entrega.	UND	1800
111	<b>Molho shoyo</b> obtido pela fermentação natural de soja e milho (ou trigo), líquido, cor marrom escura, sabor e aroma característicos. Produto pronto para consumo, ideal para culinária oriental e tempero geral. Deve ser isento de impurezas, sujidades, parasitas ou larvas, e apresentar conformidade com as normas sanitárias vigentes (ANVISA). Embalagem 150ml. Validade mínima de 6 a 12 meses a partir da data de entrega.	UND	50
112	<b>Morango</b> frutos frescos, são, limpos, inteiros, sem furos, lesões, manchas escuras, sujidades, terra, mofo ou apodrecimento. Embalagens de 1ª qualidade, com peso líquido (250g), que garantam a integridade e higiene do produto durante o transporte.	BAND	300
113	<b>Mussarela fatiada</b> fatias finas, uniformes e interfolhadas, queijo de massa filada, textura macia e consistente, sabor suave e característico, coloração amarelo pálido/palha, sem manchas, furos, mofo ou odor estranho.	KG	2000
114	<b>Oleo de Soja 900ml</b> De primeira qualidade, 100% natural, acondicionado em embalagem de 900 ml. Com procedência, registro e informação nutricional no rótulo. Prazo de validade de 6 meses a partir da entrega.	UND	800
115	<b>Orégano Desidratado - 5g</b> Produto desidratado apresentando coloração, aspecto, cheiro e sabor característicos. Embalagem de 5 gramas, com rotulagem, data de validade, conforme legislação vigente. Prazo de validade superior a 6 meses a partir da entrega.	UND	1500
116	<b>Ovos in natura</b> (Ovos in natura - brancos. Casca brilhante, isento de sujidade. Boa apresentação ao exame visual)	CRIVO	3000
117	<b>Pão de forma fatiado:</b> Pacotes com pelo menos 430g; produto de boa qualidade, acondicionado em embalagens adequadas, atóxicas, contendo data de fabricação e validade. Serão rejeitados pães mal assados, queimados, amassados, achatados ou outras características organolépticas anormais. Validade mínima 30 dias a partir da entrega.	PCT	600
118	<b>Pão sem glúten e sem lácteos, tipo bisnaguinha,</b> de batata, batata doce ou cebola, contendo 198 a 300g do produto. Serão rejeitados pães mal assados, queimados, amassados, achatados ou outras características organolépticas anormais. Acondicionados em embalagens adequadas, atóxicas, contendo data de fabricação e validade. Validade mínima 30 dias a partir da entrega.	PCT	200



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUM  
CNPJ - 18.348.086/0001-03  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



119	<b>Pão sem glúten e sem lácteos, de forma</b> , contendo 300 a 400g do produto. Serão rejeitados pães mal assados, queimados, amassados, achatados ou outras características organolépticas anormais. Acondicionados em embalagens adequadas, atóxicas, contendo data de fabricação e validade. Validade mínima 30 dias.	PCT	100
120	<b>Pão Palito</b> : Pacotes com 10 unidades, de boa qualidade, com miolo branco e casca de cor dourada brilhante e homogênea. Serão rejeitados pães mal assados, queimados, amassados, achatados ou outras características organolépticas anormais. Acondicionados em embalagens adequadas, atóxicas, contendo data de fabricação e validade. Ser fabricado no dia no máximo um dia antes da entrega. Validade mínima 30 dias a partir da entrega.	PCT	300
121	<b>Peito de Frango com osso</b> , resfriado, de primeira qualidade, isento de aditivos ou substâncias estranhas que sejam impróprias ao consumo e que alterem suas características naturais (físicas, químicas e organolépticas). Deverá ser acondicionado em embalagem primária constituída de plástico atóxico transparente, isenta de sujidades e ou ação de microorganismos.). Validade mínima de 3 meses a partir da entrega.	UND	3000
122	<b>Peito de Frango sem osso</b> , resfriado, de primeira qualidade, isento de aditivos ou substâncias estranhas que sejam impróprias ao consumo e que alterem suas características naturais (físicas, químicas e organolépticas). Deverá ser acondicionado em embalagem primária constituída de plástico atóxico transparente, isenta de sujidades e ou ação de microorganismos.). Validade mínima de 3 meses a partir da entrega.	UND	3000
123	<b>Polpa de Fruta</b> , Produto congelado, não fermentado, não alcoólico, sem glúten e conservantes químicos ou aditivos. Embalagem de 200 gramas. Sabores variados.	PCT	400
124	<b>Polvilho azedo</b> , tipo 1, de primeira qualidade. Com fermentação característica do produto. Isento de umidade, sujidades, mofos, ranço, parasitas e larvas. Embalagem atóxica, lacrada, 1 kg. Validade mínima 6 meses a partir da entrega.	PCT	300
125	<b>Polvilho doce</b> , tipo 1, de primeira qualidade. Isento de umidade, sujidades, mofos, ranço, fermentação, parasitas e larvas. Embalagem atóxica, lacrada, 1 kg. Validade mínima 6 meses a partir da entrega.	PCT	300
126	<b>Quiabo</b> in natura ( <i>Abelmoschus esculentus</i> ), primeira qualidade, fresco, colheita recente, casca lisa, coloração verde uniforme e vibrante, Isento de sujeira, terra, pragas, doenças, partes apodrecidas, manchas ou deformações severas, O produto não deve apresentar sinais de desidratação ou escurecimento nas pontas, indicando alto padrão de pós-colheita.	KG	1500



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUM  
CNPJ - 18.348.086/0001-03  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



127	<b>Requeijão cremoso Tradicional</b> , obtido por fusão de massa coalhada, leite e creme de leite, cremosidade fina, pastosa, untável e homogênea, sem grumos, em copo de vidro ou plástico resistente, higiênico, transparente, com tampa plástica vedante. Peso líquido: 200g. Validade mínima de 3 meses contando a partir da data da entrega.	UND	100
128	<b>Repolho</b> (Repolho verde, produto de 1ª qualidade, unidade, Tamanho médio, folha sãs, sem rupturas, acondicionado em embalagem limpa. Boa apresentação ao exame visual.)	KG	1000
129	<b>Saco plástico transparente tipo 'Cristal'</b> , fabricado em polietileno de baixa densidade (PEBD) 100% virgem, material liso, inodoro e atóxico, com alta transparência e brilho. Espessura mínima de 0,06 mm (ou micras/microns), com selagem reforçada nas laterais/fundo. Dimensões: 40cm (largura) x 60 cm (altura). Acondicionado em pacote resistente contendo 2 ou 5 (kg).	UND	150
130	<b>Saco plástico transparente tipo 'Cristal'</b> , fabricado em polietileno de baixa densidade (PEBD) 100% virgem, material liso, inodoro e atóxico, com alta transparência e brilho. Espessura mínima de 0,06 mm (ou micras/microns), com selagem reforçada nas laterais/fundo. Dimensões: 60cm (largura) x 80 cm (altura). Acondicionado em pacote resistente contendo 2 ou 5 (kg).	UND	150
131	<b>Sal Refinado e iodado</b> (Sal Refinado e iodado, embalado em sacos plásticos atóxicos contendo 01 kg cada). Validade mínima de 12 meses a partir da data da entrega.	KG	1200
132	<b>Sanitizante para verduras (hortifruti)</b> produto à base de hipoclorito de sódio ou ácido dicloroisocianúrico, ação bactericida/germicida, embalagem de 1L (líquido), com registro no Ministério da Saúde e uso específico para alimentos.	L	300
133	<b>Sardinha em conserva</b> , imersa em óleo comestível, lata metálica, íntegra, sem amassamentos, vazamentos, ferrugem ou estufamento (125g). Validade mínimo de 06 a 12 meses a partir da data de entrega.	L	600
134	<b>Sementes de Chia</b> , 100% natural, em grãos, inteira, limpa, uniforme, de primeira qualidade. Consistência firme e seca. Isentos de odores e sabores estranhos, ranço, mofo, pragas e outras sementes silvestres. Embalagem contendo 200g do alimento. Validade mínima 6 meses a partir da data da entrega.	PCT	50
135	<b>Suco concentrado de goiaba</b> - engarrafado c/ rendimento de 5 litros, sem adição de açúcar, embalagem de 1L. Validade superior a 10 meses a partir da data da entrega.	L	1000
136	<b>Suco concentrado de caju</b> - engarrafado c/ rendimento de 5 litros, sem adição de açúcar, embalagem de 1L. Validade superior a 10 meses a partir da data da entrega.	L	1000
137	<b>Suco concentrado de maracujá</b> - engarrafado c/ rendimento de 5 litros, sem adição de açúcar, embalagem de 1L. Validade superior a 10 meses a partir da data da entrega.	L	1000



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUM**  
**CNPJ - 18.348.086/0001-03**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**



<b>138</b>	<b>Tomate</b> (Tomate Longa Vida, grau médio de amadurecimento, de 1º qualidade, firme, tamanho médio, casca sã e sem rupturas, acondicionado em embalagem limpa. Boa apresentação visual)	KG	1.000
<b>139</b>	<b>Trigo para quibe.</b> Em grão seco e triturado, embalagem em saco de polietileno de 500 gramas, devidamente lacrada, rotulada conforme legislação vigente. Prazo de validade superior a 6 meses a partir da data da entrega.	PCT	300
<b>140</b>	<b>Uva Roxa sem semente</b> de 1ª qualidade, casca íntegra, consistência firme, aspecto, cor, cheiro e sabor próprios. Sem danos físicos. Embalagem de 500g.	BAND	500
<b>141</b>	<b>Vinagre branco de álcool.</b> Embalagem contendo 750ml do produto. Puro, sem adição de saborizantes e corantes. Acidez acética mínima de 4,0%. Validade mínima 6 meses a partir da data da entrega.	UND	200

**3.2** O valor estimado dessa contratação é SIGILOSO nos termos do Art 24 da Lei 14.133/21.

Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, e, nesse caso:

I - o sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo;

**3.2.1** A preservação do caráter sigiloso das propostas até sua abertura constitui medida indispensável para assegurar a integridade do procedimento licitatório, em conformidade com o art. 29 da Lei nº 14.133/2021 e com o princípio constitucional da isonomia entre os licitantes. O sigilo tem por finalidade impedir que informações estratégicas influenciem de forma indevida a formação das ofertas, garantindo que cada proponente apresente sua melhor proposta de forma independente. Cumpre destacar que o sigilo recai exclusivamente sobre o conteúdo das propostas comerciais, não alcançando os elementos necessários à formulação destas — tais como quantitativos estimados, especificações técnicas e condições de execução — os quais permanecem acessíveis ao público, de modo a assegurar a transparência, a ampla competitividade e o controle social sobre o processo.

#### **4- PRAZOS E LOCAL DE ENTREGA**

4.1. A entrega dos gêneros alimentícios ocorrerá exclusivamente no Centro de Distribuição da Secretaria Municipal de Educação de Mutum-MG, situado no endereço a ser indicado no Termo



de Referência, sendo vedada a entrega direta nas unidades escolares, salvo determinação expressa da Administração.

4.2. Para os produtos não perecíveis e industrializados, o prazo máximo de entrega será de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento.

2.2. Para os itens perecíveis de natureza hortifrutigranjeira (hortifruti), o prazo máximo será de 48 (quarenta e oito) horas, considerando sua rápida deterioração e a necessidade de manutenção da qualidade e das características organolépticas próprias desses produtos.

4.3. A administração dispõe de capacidade física limitada de armazenamento, especialmente para produtos que exigem ambiente climatizado ou refrigeração contínua, impossibilitando o recebimento de grandes volumes em uma única remessa. Assim, impõe-se a adoção de entregas fracionadas, com prazos reduzidos para itens mais sensíveis, a fim de garantir a integridade e a segurança alimentar.

4.4. No caso específico dos itens hortifrutigranjeiros, a exigência de prazo reduzido decorre da distância entre o Centro de Distribuição e diversas unidades escolares, bem como da inexistência, no âmbito municipal, de frota própria adaptada (como veículos com baú refrigerado) para distribuição interna. Tal circunstância demanda que os produtos cheguem ao Município em estado de frescor adequado, com tempo hábil para redistribuição imediata às escolas.

4.5. A definição de prazos mais restritivos para hortifrutigranjeiros também se fundamenta nas normas de segurança alimentar e nas recomendações técnicas da equipe de nutrição da Secretaria Municipal de Educação, visando assegurar que os alunos recebam alimentos dentro dos padrões sanitários exigidos e livres de riscos à saúde.

4.6. O fornecedor deverá garantir que todos os produtos sejam entregues em perfeitas condições de conservação, higiene e integridade, observando os prazos fixados nesta cláusula, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e no instrumento contratual.

## **5.– DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

5.1. O prazo de vigência da Ata de Registro é de 12 meses, contados a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogado na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021.

## **6.– DOS BENS E SERVIÇOS**

6.1. O objeto a ser contratado enquadra-se na classificação de bens e serviços comuns, nos termos do parágrafo único, inciso XIII do art. 6º, da Lei 14.1323, de 2021.

## **7.– DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

7.1. Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar as obrigações da empresa contratada, bem como atestar na nota fiscal/fatura a efetiva entrega do objeto e o seu aceite;

7.2. Efetuar o pagamento à Adjudicatária nos termos deste Edital;



7.3. Não permitir que outrem cumpra com as obrigações a que se sujeitou a licitante vencedora;

7.4. Prestar as informações, esclarecimentos e documentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, visando ao fiel cumprimento execução do Contrato;

7.5. Aplicar à adjudicatária as sanções regulamentares e contratuais;

7.6. Notificar a contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do contrato, para que sejam adotadas as medidas necessárias;

7.7. Proceder ao rigoroso controle dos serviços recebidos, recusando os que estiverem fora das especificações desejadas e apresentadas nas propostas, sob pena de responsabilidade de quem tiver dado causa ao fato;

## **8.– DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**8.1** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

**8.1.1** efetuar a entrega do objeto conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos;

**8.1.2** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**8.1.3** substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

**8.1.4** comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**8.1.5** manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**8.1.6** indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

## **9.– RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

9.1. Os produtos serão recebidos:

a). Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

b). Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 02 (dois) dias úteis do recebimento provisório.



9.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.3. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, os produtos em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

## **10. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

**10.1** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou execução do contrato;
- i) fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**10.2** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

### **iv) Multa:**

(1) moratória de 0,5.% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUM**  
**CNPJ - 18.348.086/0001-03**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

---



da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(2) moratória de 0,5.% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

(3) compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

**10.3** A aplicação das sanções previstas neste Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à contratante (art. 156, §9º)

**10.4** Todas as sanções previstas neste Termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

**10.4.1** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

**10.4.2** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo contratante ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

**10.4.3** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de *30 (trinta)* dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**10.5** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**10.6** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º) :

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**10.7** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**10.8** A personalidade jurídica do contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos



previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

**10.9** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

### **11. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS**

**11.1.** A Secretaria Municipal de Educação acompanhará os serviços desenvolvidos, podendo propor medidas de melhorias.

**11.2.** A tolerância do Município com qualquer atraso ou inadimplemento por parte da empresa não importará, de forma alguma, em alteração da Ata de Registro de Preços ou Termo de Contrato ou renovação, podendo o Município exercer seus direitos a qualquer tempo.

### **12. DO RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

12.1. Compete a Secretaria Municipal de Educação, através do funcionário designado para este fim, juntamente com o Controlador interno do Município, no exercício de sua função regular.

Mutum-MG, 03 de junho de 2026.

---

**Marcia Luzia Pires de Araújo de Sá**  
Secretaria Municipal de Educação



**ANEXO II**  
**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 0\_\_/2026**  
**MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 0\_\_/2026**  
**TIPO: MENOR PREÇO**

**MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

**PARTES:**

Contratante: \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_,  
inscrita no CNPJ n.º \_\_\_\_\_, neste ato representado pelo seu \_\_\_\_\_ Sr.  
\_\_\_\_\_ CPF n.º \_\_\_\_\_ RG n.º \_\_\_\_\_.

Contratada: \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_,  
inscrita no CNPJ n.º \_\_\_\_\_, neste ato representado pelo seu \_\_\_\_\_ Sr.  
\_\_\_\_\_ CPF n.º \_\_\_\_\_ RG n.º \_\_\_\_\_.

Pela presente Ata de Registro de Preços entre as partes acima qualificadas, é firmada e ajustada, a contratação dos bens enunciados no PREGÃO ELETRÔNICO n.º 0\_\_/2026, modo de disputa: **ABERTO**, participação: **TODAS AS EMPRESAS**, Critério de julgamento: **MENOR PREÇO POR ITEM**, com autorização constante do Processo Administrativo N.0\_\_/2026, homologado em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_, mediante o disposto na Lei n. 14.133/21 e alterações posteriores, em conformidade com as cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DOCUMENTAÇÃO**

**1.1** - Fazem parte integrante da presente Ata de Registro de Preços, independente de transcrição, o Pregão Eletrônico n.º 0\_\_/2026, seus anexos, a proposta da **CONTRATADA** datada em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_, e todos os demais documentos referentes ao objeto contratual, que não contrariem o disposto neste instrumento.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

**2.1** - Constitui o objeto do presente instrumento o \_\_\_\_\_, conforme quantidades e especificações indicados na CLÁUSULA TERCEIRA deste instrumento e no Pregão Eletrônico n.º. 0\_\_/2026.

**2.2** - A entrega dos itens, deve ocorrer em estrita conformidade com o Anexo DO OBJETO do edital e demais anexos que fazem parte integrante deste instrumento, independente de



transcrição.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Toda e qualquer alteração nos serviços ora contratados somente poderá ser efetivada mediante prévia e expressa autorização por escrito do Município de MUTUM.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO REGISTRADO**

**3.1** - Conforme proposta final da empresa adjudicatária do certame, o valor para o fornecimento do objeto da presente ata de registro de preços ocorrerá conforme o valor unitário abaixo discriminado, com validade pelo prazo de um ano:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QNT	UNID	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						

**3.2** - No preço contratado estão incluídos todas e quaisquer despesas diretas ou indiretas que venham a incidir sobre os mesmos, bem como o custo de transporte, materiais, instalação, perdas, mão de obra, equipamento, encargos tributários, trabalhistas e previdenciários, além dos necessários e indispensáveis à completa execução dos serviços.

### **CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**4.1** - Os recursos necessários ao cumprimento do presente instrumento correrão por conta do recurso indicado na ordem de compra.

### **CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO**

**5.1. Prazo de entrega** do objeto licitado, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de recebimento da Ordem de Compra: **05 (cinco) dias úteis**.

**5.2.** A entrega deverá ocorrer nos locais pertencentes a Secretaria Municipal de Educação do Município de MUTUM, mediante definição e agendamento prévio junto ao Setor de Compras, através do (33) 93618-2284.

**5.3.** Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Edital e na Proposta, devendo ser substituídos, às custas do contratado, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**5.4.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto.



**5.5.** O prazo de garantia contra defeito e vícios de fabricação será para cada item, sem qualquer ônus adicional para o Município de MUTUM, contados a partir do seu recebimento definitivo.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**6.1** - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de **até 12 meses**, podendo ser prorrogado por igual período nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/21.

§ 1º - A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será definida nos instrumentos convocatórios, observado o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133/21.

§ 2º - O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado dentro do prazo de validade da ata de registro de preços.

§ 3º - O pedido de prorrogação de prazo para realização dos serviços somente será conhecido pelo Município de MUTUM caso o mesmo seja devidamente fundamentado e entregue no Setor de Licitação, antes de expirar o prazo inicialmente estabelecido.

**6.2** - Se a CONTRATADA deixar de executar os serviços dentro das especificações estabelecidas, será responsável pela imediata substituição ou regularização do serviço/objeto rejeitado e o tempo despendido poderá ser computado para aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**7.1.** Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes deste instrumento e seus anexos, obriga-se, ainda, a empresa vencedora a:

**7.1.1. E-MAIL INSTITUCIONAL:** É dever da empresa vencedora/contratada manter durante o período de vigência do contrato/serviço, e-mail institucional, oficial, atualizado, vigente e operacional, para executar os contatos oficiais com o Município de Mutum-MG, para realização de contratos, adendos, renovações, notificações, ofícios e todos demais atos administrativos.

**7.2.** Assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido no item **DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

**7.3.** Efetuar a entrega do objeto licitado no prazo e local informado, juntamente com a emissão da ordem de compra, mediante agendamento prévio junto ao Almoxarifado do Município de MUTUM.

**7.3.1.** Carregar e disponibilizar o(s) produto(s) no(s) local(is) indicado(s) também constituem obrigações exclusivas da empresa vencedora, a serem cumpridas com força de trabalho própria e as suas expensas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUM  
CNPJ - 18.348.086/0001-03  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



§ 1º - O recebimento dos materiais será provisório para posterior verificação de sua conformidade com as especificações do Pregão e da proposta.

§ 2º - O pedido de prorrogação de prazo para entrega dos objetos somente será conhecido pelo Município de MUTUM, caso o mesmo seja devidamente fundamentado e entregue no Setor de Licitações do Município MUTUM, antes de expirar o prazo contratual inicialmente estabelecido.

**7.4.** Garantir os materiais contra defeitos de fabricação e também, contra vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega.

**7.4.1.** Fornecer materiais de primeira qualidade, considerando-se como tais àqueles que atendam satisfatoriamente os fins aos quais se destinam, apresentando ótimo rendimento, durabilidade e praticidade.

**7.5.** Arcar com todos os ônus necessários à completa entrega, considerando-se como total a disponibilização, nos locais indicados pelo Município MUTUM, conforme quantitativos dos produtos adjudicados, tais como transporte, encargos sociais, tributos e outras incidências, se ocorrerem.

**7.6.** Substituir, no prazo máximo de **2 (dois) dias úteis**, os produtos que, no ato da entrega, estiverem com suas embalagens violadas e/ou com identificação ilegível e em desacordo com as condições necessárias estabelecidas neste instrumento.

**7.7.** Substituir, ainda, por outro de qualidade, todo produto com defeito de fabricação.

**7.8.** Assumir inteira responsabilidade pela efetiva entrega do objeto licitado e efetuar a entrega de acordo com as especificações e instruções deste Instrumento e seus anexos, sendo que o transporte até o(s) local(is) de entrega correrá exclusivamente por conta do fornecedor, bem como pelo que o método de embalagem deverá ser adequado à proteção efetiva da mercadoria contra choques e intempéries durante o transporte.

**7.9.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega do(s) produto(s), num prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido, sendo que o tempo extra despendido poderá ser computado para aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

**7.10.** Cumprir rigorosamente com o disposto no Edital e demais anexos.

**7.11.** Manter durante a execução deste contrato todas as condições de habilitação e



qualificação exigidas na licitação.

**7.12.** Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se outrossim por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do presente Instrumento.

**7.13.** Responder por danos materiais ou físicos, causados por seus empregados, diretamente ao Município de MUTUM ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo.

**7.14.** Em tudo agir segundo as diretrizes da Administração.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**8.1.** O regime jurídico desta contratação confere ao contratante as prerrogativas do Art. 104 da Lei nº 14.133/21, bem como na Sessão V – do sistema de registro de preços.

**8.2.** Constituem obrigações do **CONTRATANTE**, além da constante do Art. 115 da Lei n.º 14.133/21, as especificadas no Edital.

**8.3.** Acompanhar, fiscalizar e avaliar os serviços do objeto deste Contrato/Ata de registro de preço;

**8.4.** Emitir as ordens de serviços à empresa vencedora, de acordo com as necessidades, respeitando os prazos para atendimentos;

**8.5.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo licitante vencedor;

**8.6.** Efetuar o pagamento na forma ajustada no Edital e no Instrumento Contratual;

**8.7.** Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital e outras previstas no Contrato/ ata de registro de preço.

#### **CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO**

**9.1** - A entrega do produto e o cumprimento do disposto neste instrumento serão fiscalizados pelo Município de MUTUM, por intermédio da Secretaria de Saúde, que acompanhará a entrega do produto/prestação do serviço, de acordo com o determinado, controlando os prazos estabelecidos para entrega do mesmo e apresentação de fatura, notificando à **empresa vencedora** a respeito de quaisquer reclamações ou solicitações



havidas.

**9.2** - Resguardada a disposição do subitem precedente, a fiscalização representará o Município de MUTUM e terá as seguintes atribuições:

- a) Definir o objeto desta licitação, caracterizado por especificações e referências necessárias ao perfeito entendimento pelos licitantes.
- b) Receber o produto, verificando a sua conformidade com as especificações estabelecidas e da proposta, principalmente quanto ao modelo ofertado, quantidade, marca (se for o caso), etc.
- c) Assegurar à **CONTRATADO acesso** as suas dependências, por ocasião da entrega da mercadoria.
- d) Agir e decidir em nome do Município de MUTUM inclusive, para rejeitar(a)s mercadoria(s) fornecida(s) em desacordo com as especificações exigidas.
- e) Comunicar oficialmente à **CONTRATADA** quanto à rejeição do(s) produto(s).
- f) Certificar a Nota Fiscal correspondente somente após a verificação da perfeita compatibilidade entre o(s) produto(s) entregue(s) ao que foi solicitado.
- g) Exigir da **CONTRATADA** o cumprimento rigoroso das obrigações assumidas.
- h) Sustar o pagamento de faturas no caso de inobservância, pela **CONTRATADA**, de condições previstas neste instrumento.
- i) Transmitir ordens e instruções, verbais ou escritas, à **CONTRATADA**, no tocante ao fiel cumprimento do disposto neste instrumento.
- j) Solicitar a aplicação, nos termos deste instrumento, de multa(s) à **CONTRATADA**.
- k) Instruir o(s) recurso(s) da **CONTRATADA** no tocante ao pedido de cancelamento de multa(s), quando essa discordar do Município de MUTUM.
- l) No exercício de suas atribuições fica assegurado à FISCALIZAÇÃO, sem restrições de qualquer natureza, o direito de acesso a todos os elementos de informações relacionados com o objeto deste instrumento, pelo mesmo julgados necessários.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO**

**10.1** - O pagamento pela efetiva entrega do objeto deste instrumento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia, à **CONTRATADA**, através da Tesouraria, mediante apresentação da Nota Fiscal correspondente, com a aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do mesmo, observando-se o art. 141, da Lei 14.133/21.

**10.1.1** - A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue pela **CONTRATADA** diretamente ao responsável pela fiscalização que somente atestará a realização dos serviços e liberará a Nota Fiscal para pagamento quando cumpridas, pela **CONTRATADA**, todas as condições pactuadas.

**10.1.2** - A contagem para o 30º (trigésimo) dia, previsto no *caput*, só iniciar-se-á após a aceitação dos serviços prestados pela fiscalização do Município de MUTUM e cumprimento



pela empresa de todas as condições pactuadas.

**10.1.3** - Para execução do pagamento, **CONTRATADA** deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível, em nome do Município de MUTUM, informando o número de sua conta corrente e agência Bancária, bem como o número da Ordem de Compra.

**10.1.4** - Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à **CONTRATADA** e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus ao Município de MUTUM.

**10.2** - A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da **CONTRATADA**.

**10.3** – O Município de MUTUM poderá sustar todo e qualquer pagamento todo preço ou suas parcelas de qualquer fatura apresentada pela **CONTRATADA** caso verificadas uma ou mais das hipóteses abaixo e enquanto perdurar o ato ou fato sem direito a qualquer reajustamento complementar ou acréscimo, conforme enunciado:

- a) A **CONTRATADA** deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pelo órgão fiscalizador do Município de MUTUM.
- b) Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a **CONTRATADA** atenda à cláusula infringida.
- c) A **CONTRATADA** retarde indevidamente a execução do serviço ou paralise os mesmos por prazo que venha a prejudicar as atividades do Município de MUTUM.
- d) Débito da **CONTRATADA** para com o Município de MUTUM quer proveniente da execução deste instrumento, quer de obrigações de outros contratos.
- e) Em qualquer das hipóteses previstas nos parágrafos acima, ou de infração as demais cláusulas e obrigações estabelecidas neste instrumento.

**10.4** - Respeitadas as condições previstas neste instrumento, no caso de eventual atraso no pagamento por culpa do Município de MUTUM, os valores devidos serão acrescidos de encargos financeiros de acordo com o Índice Geral dos Preços de Mercado do mês anterior ao do pagamento "*pro rata tempore*", ou por outro índice que venha lhe substituir, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para o atraso; Ou ainda poderá ser aplicada a seguinte fórmula;

**Onde:  $EM = I \times N \times VP$**



**EM** = Encargos moratórios;

**N** = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e do efetivo pagamento;

**VP** = Valor da Parcela a ser paga

**TX** = Percentual da taxa anual = 6%

**I** = Índice de compensação financeira assim apurado:

**I** =  $(TX/100) \cdot I = (6/100) \cdot$

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTAMENTO**

**11.1** - Conforme as normas financeiras vigentes, não haverá reajustamento de preços, no prazo inferior a 01 (um) ano.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA AMPLIAÇÃO E DA REDUÇÃO**

**12.1** - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133/21.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**13.1** - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela **CONTRATADA** ou não veracidade das informações prestadas, poderá acarretar, resguardados os preceitos legais pertinentes, sendo-lhe garantida a prévia defesa, nas seguintes sanções:

- a) Advertência pelo atraso de até 05 (cinco) dias úteis e sem prejuízo para o Município de MUTUM, na entrega da mercadoria/prestação do serviço/execução da obra, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
- b) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de atraso superior a 05 (cinco) dias úteis ou em situações que acarretem prejuízo a Administração, na entrega da mercadoria/prestação do serviço/execução da obra, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
- c) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de execução imperfeita do objeto.
- d) Multa de até 20% sobre o valor total do contrato/ordem de compra/serviço se deixar de entregar a mercadoria/prestar o serviço/executar a obra, no prazo determinado, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
- e) Impedimento de licitar e contratar, nos termos do art. 156, §4º, da Lei 14.133/21;
- f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos do art. 156, §5º, da Lei 14.133/21;

**13.2** - As penalidades acima relacionadas não são exaustivas, mas sim exemplificativas, podendo outras ocorrências ser analisadas e ter aplicação por analogia e de acordo com a Lei nº 14.133/21, em especial aos artigos 155 a 163.



**13.3** - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO**

**14.1** - O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

**14.1.1** - Descumprir as condições da ata de Registro de Preços;

**14.1.2** - Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

**14.1.3** - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado e estiverem presentes razões de interesse público.

**§1º** - O cancelamento do Registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

**§2º** - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS**

**15.1** - O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas regida pela Lei nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 6514/2025 MUTUM e, ainda, aplicando-lhe supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

**15.2** - Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO**

**16.1** - Fica eleito o foro da cidade de Mutum-MG para dirimir as questões decorrentes deste instrumento ou de sua execução, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

**16.2** - Por estarem justos e contratados, as partes contratantes, assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos efeitos.

**Local e Data.**

**Prefeito Municipal**

**Representante  
Legal do Fornecedor**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUM**  
**CNPJ - 18.348.086/0001-03**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

---



**TESTEMUNHAS:**

**NOME:**

**CPF:**

**NOME:**

**CPF:**



**ANEXO III**  
**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 0\_\_\_/2026**  
**MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 0\_\_\_/2026**

**MINUTA DO INSTRUMENTO DE CONTRATO**

**CONTRATO N.º \_\_\_\_\_/2026**

**PARTES:**

Contratante: \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_,  
inscrita no CNPJ n.º \_\_\_\_\_, neste ato representado pelo seu \_\_\_\_\_ Sr.  
\_\_\_\_\_ CPF n.º \_\_\_\_\_ RG n.º \_\_\_\_\_.

Contratada: \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_,  
inscrita no CNPJ n.º \_\_\_\_\_, neste ato representado pelo seu \_\_\_\_\_ Sr.  
\_\_\_\_\_ CPF n.º \_\_\_\_\_ RG n.º \_\_\_\_\_.

Têm entre si justo e acordado celebrar o presente Instrumento de Contrato, devidamente autorizado, que se regerá pelas normas da Lei Federal n.º 14.133/21, decorrente do **Processo Licitatório n.º. 0\_\_\_/2026**, modalidade **Pregão Eletrônico n.º. 0\_\_\_/2026** e pelas condições que estipulam a seguir.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.**

**1.1.** Registro de Preços para Aquisição parcelada de gêneros alimentícios, utensílios domésticos descartáveis, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Mutum-MG.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Integra e completa o presente Instrumento de Contrato para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições do **Instrumento Convocatório do n.º. 0\_\_\_/2026, Pregão Eletrônico n.º 0\_\_\_/2026** bem como a proposta da **CONTRATADA**, anexos e pareceres que formam o Processo Licitatório, independente de transcrição.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO**

**2.1** - O valor estimado deste contrato é de **R\$ \_\_\_\_\_**, sendo de **R\$ . \_\_\_\_\_**, correspondente à proposta ofertada pela **CONTRATADA**.



**2.2** - O **CONTRATANTE** poderá acrescentar ou suprimir os quantitativos, respeitando os limites legais.

**2.3** - Serão incorporados ao contrato, mediante Termo Aditivo todas e quaisquer modificações, que venham ser necessárias durante sua vigência decorrente de alterações unilaterais do **CONTRATANTE** ou por acordo entre as partes.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

**3.1** - O presente instrumento terá vigência até \_\_\_\_\_, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/21.

### **CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO**

**4.1** - O pagamento pela efetiva entrega do objeto deste instrumento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia, à **CONTRATADA**, através da Tesouraria, mediante apresentação da Nota Fiscal correspondente, com a aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do mesmo, observando-se o art. 141, da Lei 14.133/21.

**4.1.1** - A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue pela **CONTRATADA** diretamente ao responsável pela fiscalização que somente atestará a realização dos serviços e liberará a Nota Fiscal para pagamento quando cumpridas, pela **CONTRATADA**, todas as condições pactuadas.

**4.1.2** - A contagem para o 30º (trigésimo) dia, previsto no *caput*, só iniciará após a aceitação dos serviços prestados pela fiscalização do Município de MUTUM e cumprimento pela empresa de todas as condições pactuadas.

**4.1.3** - Para execução do pagamento, **CONTRATADA** deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível, em nome do Município de MUTUM, informando o número de sua conta corrente e agência Bancária, bem como o número da Ordem de Compra.

**4.1.4** - Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à **CONTRATADA** e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus ao Município de MUTUM.

**4.2** - A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da **CONTRATADA**.

**4.3** - O Município de MUTUM poderá sustar todo e qualquer pagamento do preço ou suas parcelas de qualquer fatura apresentada pela **CONTRATADA** caso verificadas uma ou mais



das hipóteses abaixo e enquanto perdurar o ato ou fato sem direito a qualquer reajustamento complementar ou acréscimo, conforme enunciado:

- a) A **CONTRATADA** deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pelo órgão fiscalizador do Município de MUTUM.
- b) Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a **CONTRATADA** atenda à cláusula infringida.
- c) A **CONTRATADA** retarde indevidamente a execução do serviço ou paralise os mesmos por prazo que venha a prejudicar as atividades do Município de MUTUM.
- d) Débito da **CONTRATADA** para com o Município de MUTUM quer proveniente da execução deste instrumento, quer de obrigações de outros contratos.
- e) Em qualquer das hipóteses previstas nos parágrafos acima, ou de infração as demais cláusulas e obrigações estabelecidas neste instrumento.

**4.4** - Respeitadas as condições previstas neste instrumento, no caso de eventual atraso no pagamento por culpa do Município de MUTUM, os valores devidos serão acrescidos de encargos financeiros de acordo com o índice de variação do Índice Geral dos Preços de Mercado do mês anterior ao do pagamento "*pro rata tempore*", ou por outro índice que venha lhe substituir, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para o atraso; Ou ainda poderá ser aplicada a seguinte fórmula;

**Onde:  $EM = I \times N \times VP$**

**EM** = Encargos moratórios;

**N** = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e do efetivo pagamento;

**VP** = Valor da Parcela a ser paga

**TX** = Percentual da taxa anual = 6%

**I** = Índice de compensação financeira assim apurado:

**I** =  $(TX/100) \cdot I = (6/100) \cdot$

## **CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO E DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

**5.1** - Os preços serão fixos e irajustáveis.

**5.1.1** - Após os primeiros 12 (doze) meses, os preços poderão ser reajustados, em conformidade com a legislação vigente, com a aplicação da variação do Índice Índice Geral dos Preços de Mercado.

**5.2** - Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do futuro contrato, em face dos aumentos de custo que não possam, por vedação legal, serem refletidos através de reajuste ou revisão de preços básicos, as partes, de comum acordo, com base no artigo 124,



II, "d", da Lei Federal nº 14.133/21, buscarão uma solução para a questão.

## **CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**6.1** - As despesas decorrentes do presente instrumento correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO**

**7.1.** Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes deste instrumento e seus anexos, obriga-se, ainda, a empresa vencedora a:

**7.1.1. E-MAIL INSTITUCIONAL:** É dever da empresa vencedora/contratada manter durante o período de vigência do contrato/serviço, e-mail institucional, oficial, atualizado, vigente e operacional, para executar os contatos oficiais com o Município de Mutum-MG, para realização de contratos, adendos, renovações, notificações, ofícios e todos demais atos administrativos

**7.2** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

**7.2.1** efetuar a entrega do objeto conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos;

**7.2.2** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**7.2.3** substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

**7.2.4** comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**7.2.5** manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**7.2.6** indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

## **CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**8.1.** O regime jurídico desta contratação confere ao contratante as prerrogativas do Art. 104 da Lei nº 14.133/21.

**8.2.** Constituem obrigações do **CONTRATANTE**, além da constante do Art. 115 da Lei nº 14.133/21, as especificadas no Edital.



- 8.3. Acompanhar, fiscalizar e avaliar os serviços do objeto deste Contrato.
- 8.4. Emitir a ordem de serviços à empresa vencedora, de acordo com as necessidades, respeitando os prazos para atendimentos;
- 8.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo licitante vencedor;
- 8.6. Efetuar o pagamento na forma ajustada no Edital e no Instrumento Contratual;
- 8.7. Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital e outras previstas no Contrato/ ata de registro de preço.

#### **CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO**

9.1. - O contrato celebrado poderá ser rescindido a qualquer momento, nos termos dos Art. 137 a 139 da Lei 14.133/21 e suas sucessivas alterações posteriores, sem direito a qualquer indenização.

9.2 - Formalizada a rescisão, que vigorará a partir da data de sua comunicação à contratada, esta entregará a documentação correspondente aos serviços executados que, se aceitos pela Fiscalização, serão pagos pelo **CONTRATANTE**, deduzidos os débitos existentes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES**

10.1 - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela **CONTRATADA** ou não veracidade das informações prestadas, poderá acarretar, resguardados os preceitos legais pertinentes, sendo-lhe garantida a prévia defesa, nas seguintes sanções:

- a) Advertência pelo atraso de até 05 (cinco) dias uteis e sem prejuízo para o Município de MUTUM, na entrega da mercadoria/prestação do serviço/execução da obra, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
- b) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de atraso superior a 05 (cinco) dias uteis ou em situações que acarretem prejuízo a Administração, na entrega da mercadoria/prestação do serviço/execução da obra, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
- c) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de execução imperfeita do objeto.
- d) Multa de até 20% sobre o valor total do contrato/ordem de compra/serviço se deixar de entregar a mercadoria/prestar o serviço/executar a obra, no prazo determinado, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
- e) Multa de até 20% sobre o valor total do contrato/ordem de compra/serviço se deixar de



entregar a mercadoria/prestar o serviço/executar a obra, no prazo determinado, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.

f) Impedimento de licitar e contratar, nos termos do art. 156, §4º, da Lei 14.133/21;

g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos do art. 156, §5º, da Lei 14.133/21;

**10.2** - As penalidades acima relacionadas não são exaustivas, mas sim exemplificativas, podendo outras ocorrências ser analisadas e ter aplicação por analogia e de acordo com a Lei nº 14.133/21, em especial aos artigos 155 a 163.

**10.3** - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA CESSÃO**

**11.1** - A Contratada não poderá ceder ou transferir o contrato sem a autorização expressada Contratante, exceto nos casos previstos em lei.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

**12.1** - O presente contrato é regido pela **Lei nº 14.133/21, Decreto Municipal nº \_\_\_/2024**, bem como pelas cláusulas e condições constantes do Edital do **Pregão Eletrônico nº 0 \_\_\_/2026, Processo Licitatório nº 0 \_\_\_/2026**.

**12.2** - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº. 14.133/21, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

**13.1** - As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Mutum/MG, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das partes, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, e pelas testemunhas abaixo.

**Local e Data.**

**Prefeito Municipal**

**Representante Legal  
do Fornecedor**

**TESTEMUNHAS:**

**NOME:**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUM**  
**CNPJ - 18.348.086/0001-03**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

---



**CPF:**

**NOME:CPF:**